

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARCELO MORELLE CORRÊA

**ESPANHA E PORTUGAL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
EUROPEIA**

**Porto Alegre
2010**

MARCELO MORELLE CORRÊA

**ESPAÑA E PORTUGAL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
EUROPEIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Marcilene Aparecida Martins

**Porto Alegre
2010**

MARCELO MORELLE CORRÊA

**ESPANHA E PORTUGAL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
EUROPEIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Profa. Dra. Marcilene Aparecida Martins
UFRGS

Profa. Dra. Jacqueline Haffner
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

DEDICATÓRIA

*A minha querida irmã Valéria (in memoriam)
e a seu marido Jonas (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A meus familiares que sempre me apoiaram, em especial meus pais, meus irmãos e minha namorada.

Aos professores que me ajudaram ao longo do curso, em especial a minha orientadora.

RESUMO

O presente trabalho pretende estudar os efeitos causados pela integração econômica europeia nas economias de Espanha e Portugal. Para este fim, foi feita a análise de algumas variáveis macroeconômicas básicas. Os resultados apresentam a melhora nos níveis das duas economias analisadas, tanto do ponto de vista da estabilidade quanto do crescimento econômico, puxada principalmente pelo aumento do investimento direto estrangeiro após o ingresso na Comunidade Europeia. Além disso, destacam-se alguns problemas como o elevado índice de desemprego espanhol e a baixa qualificação da mão-de-obra portuguesa.

Palavras-chave: Integração Econômica. União Europeia. Espanha. Portugal.

ABSTRACT

The present work aims to study the effects of the European economic integration over the economies of Spain and Portugal. To this end, it was used the analysis of some basic macroeconomic variables. The result presents improvements in both economies in the stability and economic growth pulled by the increasing foreign direct investment after the entry in the European Community. Besides, it features some problems like the high Spanish unemployment rate and the low education level of the Portuguese labor force.

Keywords: Economic Integration. European Union. Spain. Portugal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Custos para o ponto de vista do país A (Desvio e criação de comércio)..... 26

Tabela 2 - Resultado das contas públicas e dívida total em relação ao PIB (Espanha)..... 48

Tabela 3 - Resultado das contas públicas e dívida total em relação ao PIB (Portugal)..... 61

LISTA DE GRÁFICOS

(Espanha)

Gráfico 1 - Evolução da taxa de inflação.....	47
Gráfico 2 - Evolução da variação anual do produto interno Bruto (PIB) per capita.....	50
Gráfico 3 - Evolução do produto interno bruto (PIB) per capita a preços constantes.....	50
Gráfico 4 - Evolução da variação da formação bruta de capital fixo (FBCF)....	51
Gráfico 5 - Evolução da formação bruta de capital fixo (FBCF) a preços constantes.....	52
Gráfico 6 - Evolução da entrada de investimento direto estrangeiro (IDE).....	53
Gráfico 7 - Taxa de desemprego.....	54
Gráfico 8 - Evolução da relação entre comércio e produto interno bruto (PIB).55	
Gráfico 9 - Evolução das exportações de bens e serviços em relação ao PIB. 56	
Gráfico 10 - Evolução da composição das exportações de mercadorias na Espanha.....	57
Gráfico 11 - Evolução da relação entre a receita com turismo e o total das exportações.....	58
Gráfico 12 - Evolução da composição do valor adicionado no PIB espanhol..	58

(Portugal)

Gráfico 13 - Evolução da taxa de inflação.....	60
Gráfico 14 - Evolução da variação anual do produto interno bruto(PIB) per capita.....	62
Gráfico 15 - Evolução do produto interno bruto (PIB) per capita a preços constantes.....	62
Gráfico 16 - Percentual da força de trabalho que possui educação secundária (incluindo os que possuem terciária).....	63
Gráfico 17 - Percentual da força de trabalho com educação terciária.....	64
Gráfico 18 - Evolução da variação da formação bruta de capital fixo (FBCF)...	65

Gráfico 19 - Evolução da formação bruta de capital fixo (FBCF) a preços constantes.....	66
Gráfico 20 - Evolução da entrada de investimento direto estrangeiro (IDE).....	67
Gráfico 21 - Taxa de desemprego.....	68
Gráfico 22 - Evolução da relação entre comércio e produto interno bruto (PIB).....	69
Gráfico 23 - Evolução das exportações de bens e serviços em relação ao PIB.....	69
Gráfico 24 - Evolução da composição das exportações de mercadorias em Portugal.....	70
Gráfico 25 - Evolução da relação entre a receita com turismo e o total das exportações.....	71
Gráfico 26 - Evolução da composição do valor adicionado no PIB português.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Área Econômica Europeia
BNT - Barreiras Não Tarifárias
CCEE - Comitê de Cooperação Econômica Europeia
CE - Comunidade Europeia
CECA - Comunidade Econômica do Carvão e do Aço
CEE - Comunidade Econômica Européia
EURATOM - Comunidade de Energia Atômica Europeia
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
IME - Instituto Monetário Europeu
OCEE - Organização para Cooperação Econômica Europeia
OECE - Organização Europeia de Cooperação Econômica
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC - Política Agrícola Comum
PESC - Política Externa e de Segurança Comum
PIB - Produto Interno Bruto
SME - Sistema Monetário Europeu
UE - União Europeia
UEM - União Econômica e Monetária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	16
2.1 Fases de Integração Econômica.....	17
2.1.1 Zona de Livre Comércio.....	18
2.1.2 União Aduaneira.....	19
2.1.3 Mercado Comum.....	19
2.1.4 União Econômica.....	20
2.1.5 União Monetária.....	21
2.2 Teorias da Integração Econômica.....	22
2.3 Enfoques da Integração Econômica: Estática versus Dinâmica.....	23
2.3.1 Efeitos Estáticos da Integração.....	24
2.3.1.1 Criação de comércio.....	24
2.3.1.2 Desvio de comércio.....	24
2.3.1.3 Efeitos sobre a produção.....	25
2.3.1.4 Efeitos sobre o consumo.....	27
2.3.2 Efeitos Dinâmicos da integração.....	27
2.3.2.1 Aumento da concorrência.....	28
2.3.2.2 Economias de escala.....	29
2.3.2.3 Aumento do investimento.....	31
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA.....	33
3.1 Instituições precursoras.....	33
3.2 Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA).....	34
3.3 Tratado de Roma: a criação da Comunidade Econômica Européia.....	35
3.4 Resistência Francesa e o Primeiro Alargamento.....	36
3.5 O Conselho Europeu.....	38
3.6 Ato Único Europeu.....	38
3.7 Tratado de Maastricht.....	39
3.8 Tratado de Amsterdam.....	41
3.9 Tratado de Nice.....	41

3.10 A Integração do Leste Europeu.....	42
4 ESPANHA E PORTUGAL: OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EUROPÉIA.....	43
4.1 Introdução.....	43
4.2 Espanha.....	46
4.2.1 Variáveis de Convergência.....	46
4.2.2 Variáveis de Desempenho.....	49
4.3 Portugal.....	59
4.3.1 Variáveis de Convergência.....	59
4.3.2 Variáveis de Desempenho.....	61
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, a Europa foi pioneira de um movimento sem precedentes na história mundial: a integração econômica em uma profundidade nunca antes vista.

Muitas nações embarcaram nessa empreitada. No começo, poucos países abriram mão da sua soberania em troca de um maior nível de integração, porém, com o passar do tempo, a Comunidade de países europeus em processo de integração foi crescendo por meio de vários “alargamentos”¹. Um deles aconteceu em 1986, quando Espanha e Portugal, os dois países da Península Ibérica, aderiram ao bloco.

Este trabalho se propõe a estudar os efeitos observados na economia desses dois citados países, causados pela entrada deles na Comunidade Européia, atualmente denominada União Européia. Para isso, foi escolhida uma metodologia em que as variáveis analisadas serão divididas em dois grupos: variáveis de convergência e variáveis de desempenho. As primeiras referem-se àquelas variáveis que fazem parte dos objetivos estabelecidos pela Comunidade Européia para os Estados participantes. As segundas correspondem àquelas variáveis que buscam mostrar o desempenho das economias dos países analisados no contexto da integração econômica européia.

A escolha de Espanha e Portugal como objeto de análise deste estudo se deve ao fato de que, no momento da entrada destes países na Comunidade Européia, em 1986, eles se encontravam em uma situação econômica bastante distante daquela observada nos países centrais europeus. Em outras palavras, Espanha e Portugal estavam “atrasados” para os padrões da Comunidade Européia. Dessa forma, o estudo desses dois países talvez possa contribuir ao objetivo de se analisar os efeitos da integração entre economias que estão em níveis diferentes de desenvolvimento econômico e social.

¹ Termo utilizado no contexto de integração européia para descrever cada etapa do aumento de países na Comunidade.

Outro fator importante para essa escolha é o ano em que o alargamento ocorreu. O fato de ter ocorrido em 1986 fornece um período relativamente longo para serem estudados os efeitos mais persistentes da integração e para que possa ser visualizada uma tendência ao invés de apenas um ciclo econômico. Outro alargamento que envolve a entrada de países “atrasados” para os níveis europeus é o ocorrido no ano de 2002, período este também contemplado pela análise. Contudo, cumpre reconhecer que o período para análise dos dados é ainda muito curto para se ter uma visão de longo prazo dos efeitos da integração europeia sobre as economias dos seus países-membros.

Além desta introdução, compõem o presente trabalho mais três capítulos e, por último, a conclusão.

O segundo capítulo apresenta as principais teorias que abordam o processo de integração econômica, mostrando sua evolução histórica e focando nas duas grandes correntes teóricas dessa área: a teoria estática e a teoria dinâmica.

No terceiro capítulo é abordado o panorama histórico da integração econômica na Europa, mostrando a evolução da União Europeia através da formação de suas principais instituições, desde suas origens, em que era então denominada Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA), passando por momentos cruciais, como a criação de uma moeda única e, finalmente, chegando próximo dos dias atuais.

No quarto capítulo serão analisados alguns principais indicadores econômicos de Espanha e Portugal, com a finalidade de observar e entender os impactos que a integração econômica vem exercendo sobre a estrutura (dimensão institucional) e o desempenho da economia desses países.

2 REVISÃO TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Para estudar a integração econômica é preciso primeiro defini-la. Para VILA MAIOR (2000), antes de tudo, para existir integração é necessária a criação de uma entidade supranacional. Os Estados membros devem transferir algum grau de seus poderes a esta entidade.

Segundo o citado autor, “uma característica intrínseca dos espaços de integração supõe a delegação de poderes dos Estados membros para a entidade supranacional” (VILA MAIOR, 2000, p. 22). Conclui-se que a transferência de poderes é uma condição prévia à integração, tornando-a diferente da simples cooperação intergovernamental. Nesta última, os países participantes mantêm a sua soberania e independência total, ou seja, não há a transferência de soberania dos Estados para uma entidade supranacional².

Com esta definição de integração é possível entender a diferença entre integração econômica e política. No caso Europeu, por exemplo, buscou-se primeiro a integração econômica para depois começar a surgir alguns pontos da integração política. PINDER (1993) diferenciou as instituições supranacionais em dois tipos. Um formaria uma união federal, a qual teria competências apenas econômicas. O outro tipo, mais profundo e complexo, seria o Estado federal. Quando se chega a esse nível, existe uma transferência da soberania da defesa dos Estados membros para a entidade supranacional.

BALASSA (1961, p. 12) afirma que a integração econômica pode ser definida como sendo um processo e uma situação. “Encarada como processo, implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de

² Um exemplo disso são as instituições da Comunidade Européia que são dotadas de autonomia própria, exercendo poderes antes possuídos pelos Estados nacionais, dessa forma se caracterizando como uma região de integração.

diferentes Estados; como situação, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais”.

Já para Robert Carbaugh:

“integração econômica é um processo de eliminação de restrições ao comércio, aos pagamentos e à mobilidade dos fatores internacionais. A integração econômica resulta, desse modo, da união de duas ou mais economias nacionais por meio de um acordo comercial regional (CARBAUGH, 2004, p. 290).

Finalizando, para MOLLE (2006, p. 4), integração econômica “é a eliminação gradual das fronteiras econômicas entre estados independentes. Como resultado as economias desses Estados acabam funcionando como uma entidade única”.

Apesar de existirem diversas definições para o termo “integração econômica”, para o presente trabalho, as definições acima servem ao propósito de conceituá-la.

2.1 Fases de Integração Econômica

Existem várias maneiras de classificar os estágios que a integração econômica pode assumir. Porém, aquela que é amplamente aceita pela maioria dos estudiosos (VILA MAIOR, 2000, p. 46) é a que divide a integração em cinco estágios: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união monetária.

Como exposto a seguir, cada posterior fase caracteriza um nível mais profundo de integração econômica. Todavia, é importante destacar que não é necessário que essa sequência seja obedecida, ou seja, que a integração comece por uma zona de livre comércio ou que ela tenha que ir se aprofundando na ordem citada.

2.1.1 Zona de Livre Comércio

CARBAUGH (2004, p. 290) define a área de livre comércio como “uma associação de países que comerciam, cujos membros concordam em eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias entre eles”. Portanto, para existir uma Zona de Livre Comércio é necessário que todas as barreiras alfandegárias sejam eliminadas do comércio entre os seus Estados membros. Segundo VILA MAIOR (2000, p. 47) “numa Zona de Livre Comércio apenas está presente a liberdade de circulação de mercadorias entre os respectivos Estados membros”.

Nesse primeiro estágio, outro ponto a destacar é que cada Estado-membro participante da Zona de Livre Comércio tem liberdade para ter as suas próprias políticas alfandegárias em relação a terceiros países que não sejam membros da organização, ou seja, não há ainda uma coordenação supranacional dessas políticas.

Um dos grandes problemas da falta de coordenação das políticas alfandegárias dos Estados membros da Zona de Livre Comércio em relação a terceiros países é o da deflexão de comércio. Acontece esse fenômeno quando as importações vindas de fora da Zona de Livre Comércio se concentram no país que tem as menores tarifas alfandegárias dentro da Zona, ou seja, esse país importa e revende para seus parceiros a preços menores devido às diferentes tarifas de importação. Assim, o país com as menores tarifas concentraria todos os ganhos em impostos alfandegários, estimulando os outros países membros a reduzirem suas tarifas de importação com o intuito de participarem dos ganhos. Dessa forma, os Estados membros da Zona de Livre Comércio entrariam em uma competição para reduzir tarifas de importações de terceiros países.

Para tentar contornar o problema da deflexão de comércio, criou-se um novo conceito de zona de livre comércio, no qual os produtos que possuem a liberdade de circulação são apenas aqueles produzidos dentro dos Estados membros. Porém, apesar dessa evolução, ainda assim, seria necessária uma grande estrutura burocrática para fiscalizar o local de origem da produção. Além disso, é preciso que as chamadas “regras de origem” sejam muito bem definidas, pois muitos produtos

em um mundo globalizado são produzidos em vários países diferentes, tornando extremamente difícil aplicar o novo conceito.

Para resolver esse problema em definitivo é possível evoluir para o segundo estágio de integração econômica, a União Aduaneira.

2.1.2 União Aduaneira

BALASSA (1961, p. 13) definiu assim esse estágio de integração econômica: “O estabelecimento de uma união aduaneira implica, além da supressão das discriminações no que se refere ao movimento de mercadorias no interior da união, a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros”.

Portanto, nesse segundo estágio, assim como no primeiro, é mantida a liberdade de circulação de mercadorias, dessa vez sem fazer distinção entre os produtos importados de países não-membros e os produzidos dentro da união.

A grande mudança que a União Aduaneira traz é a unificação das políticas aduaneiras de todos os membros. Com o início desse estágio de integração existe uma transferência de soberania dos Estados para a entidade supranacional, pois agora é ela, de maneira uniforme, que passa a definir os níveis de proteção aduaneira a todos os membros³.

2.1.3 Mercado Comum

Segundo MOLLE (2006, p. 11), o Mercado Comum “consiste de um mercado interno que possui o movimento interno de produtos (bens e serviços) e dos fatores de produção (capital e trabalho) completamente livres”.

³ No início de sua história, sob a denominação de Comunidade Econômica Européia, A União Européia surgiu diretamente como uma união aduaneira, dessa forma não precisou enfrentar os problemas oriundos de uma zona de livre comércio.

Além disso, o Mercado Comum possui regras comuns em relação a outros países, tanto para o mercado de produtos como para o de fatores de produção.

A definição desse terceiro estágio de integração se confunde com a própria história da União Européia, pois foi a experiência de integração européia que trouxe à tona essa nova modalidade de integração.

No Mercado Comum, mantém-se a liberdade de circulação de produtos da Zona de Livre Comércio e a pauta aduaneira comum da União Aduaneira, porém, agora se adiciona a liberdade de circulação de pessoas, serviços, estabelecimentos⁴ e capitais.

2.1.4 União Econômica

Além de todas as características existentes no Mercado Comum, nesse novo estágio adiciona-se, segundo VILA MAIOR (2000, p. 61): “a disciplina única de concorrência entre os agentes econômicos dos Estados membros de uma determinada área de integração econômica”. Significa dizer que deve-se igualar as oportunidades de todos agentes econômicos que atuam no âmbito da união econômica.

Dessa forma, não seria permitido dar direitos especiais a empresas nacionais em detrimento de empresas de outro Estado membro que esteja concorrendo no mercado local. Em outras palavras, as leis que valem para os agentes econômicos nacionais devem valer para todos os agentes econômicos da União Econômica.

Além disso, nesse estágio “o mercado comum é complementado com um alto grau de coordenação ou mesmo unificação das áreas mais importantes da política econômica” MOLLE (2006, p. 11). Dessa forma, esse estágio exige uma integração das políticas econômicas, sendo necessária uma padronização da legislação dentro da união. As áreas a serem padronizadas podem ir desde aquelas relacionadas ao Mercado Comum, como por exemplo, regulação de mercados e competição,

³ A liberdade de estabelecimentos é aquela que permite que qualquer empresa sediada nos países que formam a Comunidade possa abrir filial em outros países membros.

passando por aquelas relacionadas à União Monetária, como políticas macroeconômicas e monetárias. Por fim, podem até mesmo alcançar aspectos sociais, como políticas de redistribuição de renda.

2.1.5. União Monetária

O objetivo de uma União Monetária é basicamente fornecer estabilidade cambial para os Estados participantes (VILA MAIOR, 2000). Será visto que existem duas formas de se atingir esse objetivo, porém primeiro é necessário entender a importância de um espaço de integração chegar ao nível de uma União Monetária.

Considerada o último estágio da integração econômica, a União Monetária vem para acabar com um grande problema dentro da integração econômica: a manipulação do câmbio para obter vantagens no comércio entre os Estados membros.

Quando a integração alcança o patamar em que todos os Estados membros competem de forma igual, a manipulação da taxa de câmbio com o objetivo de provocar uma competitividade externa artificial torna-se um instrumento de concorrência desleal. Isso ocorre quando um Estado desvaloriza a sua moeda com a finalidade de aumentar suas exportações e dificultar a entrada de produtos externos. Portanto, esses incentivos criados pelas autoridades político-econômicas vão contra o princípio básico da União Econômica, que é o de dar igualdade de condições a todos agentes econômicos.

Então, como explica VILA MAIOR (2000, p. 65), “se torna vital oferecer a união monetária como um complemento imprescindível para a preservação de uma união econômica”. Ele continua, dizendo que “o objetivo prioritário de uma união monetária é o de providenciar um espaço onde exista estabilidade cambial entre os países participantes... numa união monetária, pretende-se eliminar qualquer possibilidade de operar oscilações nas moedas dos Estados membros”.

Existem duas formas de União Monetária (MOTA DE CAMPOS, 1997, p. 63, apud VILA MAIOR, 2000). Na primeira, mantêm-se as moedas nacionais em circulação e os Estados membros fazem um compromisso de não deixar as cotações variarem, ou seja, manter todas as taxas de câmbio constantes. Na segunda, as moedas nacionais são completamente extintas, retiradas de circulação e substituídas por uma moeda apenas, em toda união. Assim, é necessária a criação de um Banco Central supranacional para conduzir a política monetária comum.

Para BAUMANN *et al.* (2004, p. 107) nesse segundo nível, em que as moedas nacionais são extintas, “os países participantes abrem mão dos ganhos relacionados à senhoriagem derivada da emissão de moeda nacional, e aceitam a livre circulação de moeda emitida por autoridade regional”.

Para aqueles que querem se aprofundar no estudo da União Monetária e seus efeitos, a teoria das áreas monetárias ótimas é um importante instrumento para entender as perdas e os ganhos que um país pode obter ao ingressar em uma União Monetária. Ela basicamente compara os ganhos de eficiência monetária para o país ingressante, com a perda de estabilidade econômica para esse mesmo país, decorrentes da entrada na união. Quanto maior for o grau de integração econômica entre o país ingressante e a área de União Monetária, maiores serão os ganhos de eficiência monetária e menor será a perda de estabilidade⁵.

Atingindo o ponto de uma União Monetária, o próximo passo que resta é apenas a integração política, tendo em vista que do ponto de vista econômico a integração atinge seu grau máximo.

2.2 Teorias da Integração Econômica

Com a construção da teoria de Jacob Viner em 1950, surgiu uma nova forma de estudar as trocas entre países. O cenário de simples liberalização do comércio

⁵ Para saber mais sobre essa teoria ver KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice (2005).

mundial estudado pelas teorias vigentes seria pela primeira vez abandonado para dar início a um novo tipo de estudo voltado aos efeitos da liberalização dentro de um restrito grupo de países. Surgia, assim, a Teoria da Integração Econômica. Nesse primeiro momento, a integração foi tratada apenas no contexto da união aduaneira, ou seja, Jacob Viner não considerou os efeitos de graus mais avançados de integração econômica. Assim, Viner focou seus estudos nos efeitos da formação de uma união aduaneira sobre a produção, utilizando os conceitos de criação e desvio de comércio, que serão explicados mais adiante.

Meade, Gøhrels e Lipsey ampliaram e refinaram a teoria de Viner, porém não trouxeram grandes mudanças no seu rumo, mantendo as premissas básicas e a visão neoclássica que Viner havia utilizado em sua elaboração teórica. Dessa forma, eles se utilizaram dos conceitos criados por Viner, de criação e desvio de comércio, porém, analisando-os sob o enfoque do consumo ao invés da produção, como fizera Viner.

A construção teórica de Viner, Meade, Gøhrels e Lipsey seriam conhecidas como a Teoria Estática da Integração Econômica.

Ao notar as limitações da Teoria Estática, Cooper e Massell, em 1965, propuseram uma nova teoria que fugiria dos padrões neoclássicos de seus antecessores e traria uma nova visão do processo de integração. Eles introduziram novos fatores, partindo de uma análise dinâmica dos efeitos da integração econômica que os autores da Teoria Estática não previam. Assim, Cooper e Massell abriram caminho para a construção da Teoria Dinâmica da Integração Econômica.

2.3 Enfoques da Integração Econômica: Estática versus Dinâmica

Por uma questão didática, doravante a exposição da Teoria da Integração Econômica será dividida em Teoria Estática e Teoria Dinâmica. Dessa forma, confrontando os dois enfoques, é possível entender de forma mais clara as hipóteses e os conceitos de cada um deles.

Primeiro, serão vistas as características do enfoque estático e depois será descrito o enfoque dinâmico. Tanto num caso quanto noutro, colocaremos ênfase na análise dos efeitos esperados da integração econômica.

2.3.1 Efeitos Estáticos da Integração

O precursor da Teoria Estática, Jacob Viner, criou os conceitos de desvio de comércio e criação do comércio. Esses conceitos seriam utilizados por Meade, Göhrels e Lipsey para ampliar a teoria de Viner. Portanto, é possível dizer que a compreensão da Teoria Estática da Integração Econômica passa pela compreensão desses dois conceitos: a criação e o desvio do comércio.

2.3.1.1 Criação de comércio

A *criação de comércio* acontece quando a formação de uma união aduaneira resulta em uma mudança no local de produção, de modo que o antigo país que produzia o bem que teve o seu local de produção alterado tenha custos de produção mais reduzidos do que o novo país onde passa a ocorrer a produção.

Um exemplo de criação de comércio seria quando um Estado “A” passa a importar determinado produto de outro membro da união, um Estado “B”, que antes não importava por causa das barreiras alfandegárias. Nesse caso os custos do país “A” eram maiores do que o do país “B”, porém as barreiras alfandegárias não permitiam a entrada desse produto. Com a criação da união aduaneira essas barreiras desaparecem, então, o produto tem a sua produção deslocada de uma fonte de maiores custos para uma fonte de custos inferiores.

2.3.1.2 Desvio de comércio

O conceito do *desvio de comércio* parte de um princípio parecido com o da criação de comércio. Quando ocorre a formação da união aduaneira e, como resultado, a produção se desloca de uma fonte (país que não é membro da União) que possui menores custos de produção para outra (país membro) com maiores custos de produção, então temos o desvio de comércio.

Um bom exemplo seria o caso em que um país “A”, antes da união, importava determinado produto de um país “C”, que não é membro da união, com o qual ele mantinha um acordo de livre comércio. Com a criação de uma união aduaneira entre os países A e B, decide-se que a tarifa externa comum será de 10 %. Essa tarifa inviabiliza a importação que antes era feita pelo país A do país C sem tarifa nenhuma. Assim, o país A passa a importar do país B, que apesar de ter custos maiores do que o país C, não precisa pagar direitos alfandegários. Dessa forma, há um deslocamento da produção de uma fonte de custos menores para outra de custos maiores. Segundo Viner, esse efeito protecionista traria uma redução no bem-estar dos agentes econômicos dos países envolvidos.

Uma vez visto esses conceitos, podemos notar que só existem desvio e criação de comércio quando há a formação de uma União Aduaneira e, além disso, é preciso que haja uma modificação do local em que é feita a produção, ou seja, algum produto que era produzido por um determinado Estado passa a ser produzido por outro em decorrência da criação da União Aduaneira.

2.3.1.3 Efeitos sobre a produção

É importante começar a estudar a Teoria Estática focando nos efeitos sobre a produção, pois Viner, quando criou a sua teoria, tratou somente desses efeitos. Essa teoria depois seria expandida por outros autores que serão tratados mais adiante.

Para explicar a teoria de Jacob Viner, será criado um exemplo com três países: A, B e C.

Tabela 1 - Custos para o ponto de vista do país A (Desvio e criação de comércio)

País	Coluna 1 (Custos de produção)	Coluna 2	Coluna 3 (União aduaneira entre A e B)
A	100	100	100
B	75	150	75
C	60	120	120

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tem-se, na coluna 1, apenas os custos de produção, ou seja, aquele caso em que existe o livre comércio entre os países, isso admitindo-se não haver custos de transporte. Já na coluna 2, tem-se a situação antes da união aduaneira, com o país A impondo uma tarifa alfandegária de 100% sobre o produto dos outros países. Por fim, na coluna 3, tem-se o caso de uma união aduaneira entre os países A e B, cobrando 100% de direitos alfandegários sobre o país C.

Dessa forma fica fácil notar que no primeiro caso (coluna 1) o país A faria as suas importações do país C.

Cobrando o mesmo nível de tarifas alfandegárias para os outros países (coluna 2), o país A não importaria nada dos outros países, produzindo ele mesmo tudo o que consome.

Na coluna 3, com a criação de uma união aduaneira com o país B, sendo 75 o custo mais baixo entre os três países, o país A importaria de B.

Através da análise dessa tabela pode-se concluir que no caso de livre comércio (coluna 1), quando é criada uma união aduaneira entre os países A e B, cobrando uma tarifa externa comum de 100 %, existe o fenômeno de desvio de comércio, pois a produção se desloca de uma fonte com menor custo de produção, país C (60), para uma fonte de maior custo de produção, país B (75).

Além disso, pode-se concluir que no caso da coluna 2, em que o país A cobrava 100 % dos outros dois países em direitos alfandegários, com a criação da união aduaneira entre A e B, a produção desloca-se do país A para o país B. Dessa forma, nesse caso existe criação de comércio, pois a localização geográfica da produção mudou do país A, que possuía maiores custos de produção, para o país B, com menores custos de produção.

Apesar da teoria de Viner ser ainda pouco sofisticada, ela representou um marco inicial histórico muito importante para toda teoria das uniões aduaneiras, e seus sucessores se utilizaram da base já estabelecida para progredir nessa área de conhecimento.

2.3.1.4 Efeitos sobre o consumo

Como Viner se baseou apenas nos efeitos sobre a produção, os autores que ampliaram a Teoria Estática das uniões aduaneiras analisaram seus efeitos sobre o consumo. Os principais autores, segundo COOPER & MASSELL (1965) foram Meade, Géhrels e Lipsey.

Nessa nova etapa da teoria, a inspiração neoclássica foi mantida, porém, agora os autores se utilizariam de diagramas de equilíbrio parcial.

De acordo com VILA MAIOR (2000), os pressupostos básicos dos autores que estudaram os efeitos sobre o consumo são os mesmos princípios utilizados pela teoria neoclássica do comércio internacional. São eles: custos marginais decrescentes; mercado de concorrência perfeita sem custos de transporte; e fatores de produção que, apesar de serem móveis no interior do país, são imóveis entre Estados nacionais.

2.3.2 Efeitos Dinâmicos da Integração

Apesar de a Teoria Estática ter aberto o caminho para a Teoria da Integração Econômica, ela possui muitas limitações. Entendendo isso, Cooper e Massell construíram a Teoria Dinâmica da Integração, levando em conta novos elementos

que os instrumentos de análise neoclássicos não eram capazes de detectar. São estes: (1) não há concorrência perfeita, (2) as curvas de oferta não são infinitamente ascendentes, (3) considera-se os produtos homogêneos, (4) custos unitários decrescentes e também (5) não considera os custos de transportes.

Os autores dessa teoria argumentam que o processo de integração econômica, independentemente de haver o fenômeno da criação ou desvio de comércio, pode trazer grandes benefícios aos seus participantes (Cooper e Massell, 1965). Eles têm uma visão dinâmica do processo de integração, ao contrário de seus antecessores. Nesse sentido, segundo VILA MAIOR (2000, p. 107), “esta nova formulação se afasta de conceitos estáticos, como os que resultam de uma simples comparação da competitividade de países que apenas seja alicerçada em vantagens comparativas”.

A Teoria Dinâmica considerou novos efeitos que a Estática não havia considerado. Podem ser divididos esses efeitos em cinco grupos, de acordo com PINTO (2004, p. 15): “(1) efeitos provenientes de um aumento de concorrência, (2) efeitos decorrentes do aproveitamento de possíveis economias de escala (3) efeitos provenientes de alterações no nível e natureza do investimento, (4) efeitos resultantes de vantagens de especialização e (5) efeitos de criação e distribuição de rendimentos”. Alternativamente, seguindo VILA MAIOR (2000), podem ser divididos os efeitos em três grupos: efeitos resultantes de um aumento da concorrência, do aproveitamento de economias de escala e das alterações quantitativas e qualitativas no investimento.

2.3.2.1 Aumento da concorrência

Quando os mercados dos Estados membros de uma região de integração econômica se abrem, um efeito óbvio é que a concorrência aumenta, pois as empresas que antes eram protegidas por barreiras tarifárias agora são obrigadas a concorrer com os produtores dos outros membros da união, em um mercado ampliado e sem tarifas. Nessa nova situação, as empresas domésticas são obrigadas a melhorar a sua competitividade e reduzir seus custos para se manterem no mercado.

Por outro lado, as empresas têm a oportunidade de atingir novos mercados que antes estavam protegidos. É uma via de mão dupla. Sendo assim, as empresas domésticas, além de serem obrigadas a aumentar a sua competitividade, poderão expandir seus negócios para outros países membros.

Assim, o simples fato de aumentar a competitividade traz uma ampla gama de benefícios. São esses: estimular as empresas a buscar melhorar a qualidade de seu produto para sobreviver ao embate com os novos concorrentes; possibilidade de explorar novos mercados; forçar as empresas a reduzirem seus custos de produção, uma vez que as empresas que não obtiverem um determinado padrão de eficiência estarão condenadas à falência. Para alguns, essa última consequência pode ser considerada negativa, porém ela serve para manter apenas as empresas mais capazes no mercado.

Esse aumento da concorrência diminuiria o que LEIBENSTEIN (1966) chama de “ineficiência X”. Essa ineficiência ocorre quando os gestores das empresas cometem erros de gestão que, em um ambiente com alta concorrência, não seria possível cometer. Nesse caso, não seria uma questão de tecnologia, e sim de impedir que alguns erros grosseiros não tenham espaços para ser cometidos devido à concorrência.

2.3.2.2 Economias de escala

No caso de uma empresa, considera-se uma economia de escala quando, ao dobrar a produção, os seus custos aumentam menos do que o dobro (PINDYCK, 2002, p. 225). As economias de escala também existem na dimensão de países. “Ao ampliar a dimensão do mercado interno, o comércio internacional permite a produção em larga escala para as empresas locais, o que pode conduzir a uma eficiência maior e à redução dos custos unitários”. CARBAUGH (2004, p. 92)

Esse benefício foi praticamente desconsiderado pelos autores da Teoria Estática, como BALASSA explica:

Viner trata apenas das economias de escala no âmbito da unidade de produção ou da empresa e afirma que estas são provavelmente desprezíveis. Meade também põe de lado os efeitos dinâmicos das uniões aduaneiras e faz apenas uma ligeira referência às possibilidades de economias de escalas. A tradição de Viner é seguida por alguns economistas americanos e ingleses que têm estudado o problema da integração europeia e afirmam que a fusão dos mercados nacionais não conduzirá a rendimentos crescentes na escala europeia. (BALASSA, 1961, p. 162).

Existem dois tipos de economias de escala (KRUGMAN (2005)).

-Economias de escala internas à empresa, que são aquelas que dependem do esforço da empresa para ampliar a sua produção e o seu mercado consumidor, aumentando a sua escala de produção e reduzindo seus custos. Portanto, a economia de escala se verifica independente do tamanho da indústria que a empresa está inserida. Ela depende apenas do tamanho da firma.

-Economias de escala externas à empresa, que são aquelas que o custo por unidade não depende do tamanho da firma e sim do tamanho da indústria, ao contrário das internas.

Por não ser consequência apenas da capacidade interna das firmas, as economias de escala externas à empresa possuem uma grande dependência da vontade política dos Estados se integrarem. Assim, bastaria que as empresas tivessem apenas as mínimas condições, para aumentar a sua produção e atender um novo mercado ampliado que possui, agora, maiores proporções, devido à integração. Dessa forma a integração econômica se torna uma maneira eficaz de adquirir economias de escala externas à empresa.

Além disso, ao aumentar o investimento (que será visto mais detalhadamente no próximo tópico), a concorrência e também o número de fusões e aquisições, a integração econômica também acaba favorecendo o aparecimento de ganhos de economia de escala internos à empresa. Portanto, as duas formas de economias de escala são esperadas quando países decidem abrir mão de parte da sua soberania para construir um espaço de integração econômica.

2.3.2.3 Aumento do investimento

No caso da formação de um mercado comum, em que sejam abolidos quaisquer tipos de restrições ao movimento de capitais, é esperado um aumento do fluxo de capitais dentro da união, uma vez que os agentes econômicos possuem a liberdade total de fazer operações nesse território sem se preocupar com as antigas restrições. A grande questão é se haverá mudança no fluxo de capital produtivo na forma de investimento direto externo ou, até mesmo, mudança no investimento dos agentes domésticos como consequência da integração econômica.

BALASSA (1961, p. 270) afirmou que “a diminuição da incerteza ligada à existência de fronteiras nacionais influenciará a atividade do investimento nas indústrias de exportações e os investimentos estrangeiros.” Portanto, para os autores da Teoria Dinâmica, a resposta é sim. A seguir, discutem-se alguns dos motivos que causam aumento no investimento em uma região de integração econômica.

-A padronização das regras entre os Estados membros para o comércio aumenta o grau de confiança de investidores externos.

-O investimento interno também aumenta, com a necessidade de concorrer com novas tecnologias dos Estados membros e, além disso, por causa do clima favorável de expansão do mercado.

-A estabilidade das tarifas alfandegárias estimula os exportadores a fazer investimentos sem se preocupar com uma elevação das tarifas de importação dos outros países.

-O investimento também surge dos países de fora da região de integração econômica, pois possibilita a oportunidade de instalar empreendimentos em um Estado membro, e usá-lo de base de exportação para toda região.

Portanto, haveria um aumento de investimento oriundo de todas as fontes de recursos. Não apenas um aumento do investimento vindo dos Estados membros da união como também de países que estejam fora da área de integração. Por fim, aumentariam até mesmo os investimentos provenientes dos agentes econômicos domésticos.

Além do aumento (alteração quantitativa), a teoria dinâmica prevê mudança no que se refere à natureza dos investimentos (alteração qualitativa). A hipótese é de que o processo de integração econômica não apenas aumentaria os níveis de investimento como traria mudanças na composição desse investimento, como explicado a seguir.

A integração econômica traz novas exigências às empresas, uma vez que a concorrência aumenta. É necessário que elas busquem novos métodos de produção e, para isso, torna-se necessário adquirir novas tecnologias. Assim, uma maior parcela do investimento deverá ser direcionada para a aquisição de tecnologia.

Ademais, em um ambiente mais competitivo que decorre do aumento da concorrência *intra* Estados membros da integração, os investidores passam a selecionar seus investimentos de maneira mais criteriosa. Em outras palavras, o esforço para não cometer erros passa a ser muito maior. Assim, busca-se cada vez mais investir em setores em expansão, em detrimento dos setores que estão em estagnação.

E ainda, espera-se que os investidores busquem direcionar os seus recursos para aquelas empresas que têm mais capacidade de conseguir economias de escala.

Por último, há uma tendência a ocorrer maior número de fusões e aquisições de empresas. Pois as empresas, quando atingem maiores proporções, tanto de capital quanto de parcelas de mercado, estão em melhores condições de concorrer em um mercado ampliado.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Em 1957, com a assinatura do tratado de Roma, teve início o primeiro estágio do processo de formação da União Européia. Onze anos depois, em 1968, ela atingiu o grau de uma completa união aduaneira. Até chegar à situação atual, a integração européia oscilou entre momentos de entusiasmo e pessimismo e, apesar de ter alcançado um nível avançado, ainda há muito a ser feito.

Neste capítulo será descrita a história desta integração desde o início até os dias atuais.

3.1 Instituições precursoras

A idéia de integração da Europa é antiga. Dante Alighieri, Victor Hugo e muitos outros intelectuais já haviam defendido uma união dos estados europeus muito antes dela começar a ocorrer de fato.

A grande devastação trazida pela Segunda Guerra Mundial trouxe à tona a idéia de integração européia e a tornou imprescindível para a convivência pacífica de seus Estados. Além disso, com o aparecimento das tensões da Guerra Fria, era necessário unir os países da Europa Ocidental em caso de um ataque do bloco comunista. Sabendo do perigo do avanço da influência soviética sobre a Europa, com a situação de pobreza deixada após a guerra, os Estados Unidos criou o Plano Marshall. Para receber os recursos oriundos do Plano, os países europeus deveriam possuir algum grau de coordenação, pois os norte-americanos não tinham confiança em uma Europa com diversos estados atomizados. Em resposta a essa exigência é criado o Comitê de Cooperação Econômica Européia (CCEE) para preparar os princípios do programa de reconstrução.

Buscando criar uma organização que fosse permanente e que promovesse a cooperação econômica, foi criada a Organização para Cooperação Econômica

Européia (OCEE). Porém, havia uma discordância entre os britânicos e os franceses de como deveria ser a OCEE. De um lado, os britânicos achavam que ela deveria ter pouca autoridade, e do outro estava a visão francesa, que acreditava que a organização deveria possuir maior autoridade. A visão britânica foi a que prevaleceu na OCEE.

A cooperação na área militar começou com o Tratado de Dunkirk, em 1947. Depois a União Européia ocidental foi criada para garantir a defesa em conjunto dos seus Estados membros. Em 1949, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que contava com a presença de vários países da Europa Ocidental. Significava que um ataque a um dos países da Organização seria o mesmo que um ataque a todos

A cooperação política começou no Congresso de Haia, em 1948. Mais uma vez, havia uma divisão entre as visões. Uma delas era a protestante (britânicos e escandinavos), que defendia a soberania nacional e a cooperação entre os membros, com as instituições européias possuindo pouco poder. A outra era a católica (franceses), que buscava a construção de uma Europa federal com grandes poderes supranacionais. No final, a visão protestante foi a vencedora, levando à criação do Conselho da Europa que existe até hoje, porém, como ele possui o princípio da unanimidade, torna difícil a tomada de decisões importantes.

3.2 Comunidade Econômica do Carvão e do Aço

Depois do término da Segunda Guerra os aliados enfrentavam um sério problema: como permitir que a forte indústria da Alemanha Ocidental se desenvolvesse para proteger os aliados ocidentais, em caso de um ataque do bloco soviético, sem que os alemães usassem toda essa indústria para desestabilizar mais uma vez a Europa em um novo conflito armado. A resposta para esse problema foi o Plano Schuman.

Esse plano criaria a CECA, que seria um órgão supranacional que controlaria todos os aspectos da produção e comercialização de carvão e aço dos Estados membros. Para isso a França deveria abrir mão de parte de sua soberania em troca de poder controlar parte da indústria pesada da Alemanha Ocidental.

Em 1951, com a assinatura do Tratado de Paris, a CECA foi criada com a participação da França, Alemanha Ocidental, Itália e os países da Benelux. O Tratado deixava claro que a manutenção da paz era um dos seus objetivos. Além disso, o crescimento econômico, do emprego e a elevação do padrão de vida da população dos países participantes também se encontravam no texto do tratado.

A “Alta Autoridade” foi criada pelo Tratado de Paris para ser o órgão executivo da CECA.

Como a “Alta Autoridade” e a CECA não possuíam controle democrático, foi firmado um compromisso em criar outro órgão que servisse de ponte entre a “Alta Autoridade” e os governos nacionais. Esse órgão seria o Conselho de Ministros.

3.3 Tratado de Roma: a criação da Comunidade Econômica Européia

Em 1955, os seis membros da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço formaram o Comitê Spaak, com a intenção de formular um relatório que mostrasse os possíveis caminhos para a integração. O resultado do relatório foi um texto que defendia a criação de um Mercado Comum para os países da CECA, porém dizia também que o setor de Energia Atômica deveria ser coberto por um acordo específico. A resposta dos Ministros Exteriores dos Estados da Comunidade foi positiva. Eles aceitaram o relatório e pediram para o Comitê Spaak preparar os acordos que criariam um Mercado Comum e a Comunidade de Energia Atômica.

No dia 25 de março de 1957 foi assinado o Tratado de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia (CEE). O Tratado foi um dos maiores marcos da integração econômica européia.

Em 1957, o Tratado foi ratificado e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1958. Em julho de 1968, um ano antes do prazo final dado pelo Tratado de Roma, todas as tarifas de comércio interno da CE haviam sido eliminadas e também a Tarifa Externa Comum havia sido introduzida.

Como havia sido recomendado pelo Comitê Spaak, foi feito um acordo diferente para área de energia nuclear. Assim, ao mesmo tempo em que foi criado o Tratado de Roma, foi criado um tratado para estabelecer a Comunidade de Energia Atômica Européia (EURATOM). Essa Comunidade atuaria especificamente no setor de Energia Atômica dos Estados membros da CEE, criando condições para o rápido estabelecimento e crescimento das indústrias nucleares.

A criação das três comunidades (CECA, CEE e Euratom), cada uma com seu Conselho de Ministros, Comissão, Parlamento e Corte de Justiça, acabou ocasionando uma excessiva e desnecessária duplicação de órgãos. Para acabar com esse problema, em abril de 1965, na cidade de Bruxelas, foi assinado o Tratado de Fusão que uniu os órgãos das três Comunidades nos “Órgãos Comuns da Comunidade Européia”. O Tratado entrou em vigor em julho de 1967.

3.4 Resistência Francesa e o Primeiro Alargamento

O líder francês Charles de Gaulle, em julho de 1965, ao dizer que “a soberania francesa pertencia ao povo francês”, acabou criando a maior crise da Comunidade Européia desde a sua criação (JOVANOVIC, 2005). De Gaulle declarou que não aceitaria mais o voto por maioria no Conselho de Ministros, o que caracterizava a supranacionalidade da instituição e a perda da soberania francesa.

O conflito se estendeu por sete meses, até que a França e o Conselho de Ministros chegassem a um acordo. No dia 29 de Janeiro de 1966, um compromisso foi firmado, em Luxemburgo, sobre a tomada de decisões no Conselho.

O Acordo de Luxemburgo dificultou muito a tomada de novas decisões pelo Conselho, pois os membros do Conselho de Ministros deveriam buscar soluções aceitáveis por todos os membros quando envolvessem assuntos de muito interesse para um ou mais países. Em vista disso, a delegação francesa considerou que as decisões deveriam ser tomadas por unanimidade quando os interesses de grande importância aos Estados membros estivessem em jogo.

A Grã-Bretanha já havia tentado se unir à Comunidade. Na primeira candidatura britânica, o Conselho de Ministros aprovou o pedido. Porém Charles de Gaulle, o presidente francês, vetou a entrada dos britânicos. Os franceses possuíam o monopólio da ação política na Europa Ocidental, que na época ainda não contava com a influência da Alemanha Ocidental, enfraquecida pela Segunda Guerra Mundial. Para não perder o seu poder, a França evitou que a Grã-Bretanha se juntasse ao grupo, pois ela era uma potência que poderia competir no campo político.

Os britânicos fizeram um segundo pedido de entrada em maio de 1967. Todos os países deram calorosas boas vindas ao novo candidato, menos a França. Assim, de Gaulle negou novamente a entrada. Porém, a situação mudaria, em abril de 1969, quando Charles de Gaulle renunciou à presidência. Já em dezembro do mesmo ano, na Reunião de Cúpula em Haia, os líderes da CE reabriram as negociações com a Grã-Bretanha.

Noruega, Dinamarca e Irlanda também fizeram o pedido de entrada. Porém, a Noruega fez um referendo que não foi aprovado, impossibilitando a entrada.

No dia 1º de Janeiro de 1973, Grã-Bretanha, Dinamarca e Irlanda entraram na CE, tornando-se os primeiros países a ingressar nela após a sua formação, abrindo, assim, um precedente para novos alargamentos da Comunidade.

3.5 O Conselho Europeu

As Reuniões de Cúpula se tornaram um meio muito eficaz de resolver problemas relativos à CE. Assim, na Reunião de Paris em 1974, esses encontros foram formalizados com a criação do Conselho Europeu (formado pelos chefes de Estado ou chefes de governo). Agora oficializadas na estrutura da CE, as reuniões dos líderes das nações deveriam ocorrer pelo menos duas vezes por ano. Esse conselho passou a ser a instituição mais importante da Comunidade. Dessa forma, estava ocorrendo uma mudança no processo de tomada de decisões. Aos poucos a CE se afastava do método da Comunidade (supranacionalidade) e se dirigia para o fortalecimento das relações intergovernamentais. O grande problema, com esse novo sistema que se fortalecia, é que os países tinham os seus objetivos voltados para os interesses nacionais de curto prazo, dificultando a integração (JOVANOVIC, 2005).

No ano de 1979, foi criado o Sistema Monetário Europeu. Ele estabelecia um sistema de flutuação comum das moedas dos países da CE.

3.6 Ato Único Europeu

A Comunidade Européia já havia adotado o livre comércio entre seus membros sem proteções tarifárias, porém ainda existiam muitas Barreiras Não Tarifárias (BNT). Essas barreiras prejudicavam a competitividade em relação aos outros países. Além disso, o Tratado de Roma permitia que membros com dificuldades pudessem adotar medidas protecionistas em relação a países de fora da CE. Isso trazia grandes diferenças de preços dentro da Comunidade e, por consequência, afetava a alocação espacial dos recursos.

Essa situação levou à criação do Relatório Cockfield ou Programa de Mercado Único, em junho de 1985. O programa se propunha a eliminar BNTs e criar um mercado livre interno genuíno e homogêneo.

O Ato Europeu Único (assinado em fevereiro de 1986) entrou em vigor em julho de 1987. O ato redirecionava a CE no caminho do método comunitário, dando

mais importância a votações majoritárias no Conselho de Ministros, aumentando o poder da Comunidade em detrimento dos governos nacionais. Ele aumentou, também, a influência da Comissão Europeia, pois era ela que fazia as proposições que seriam votadas no Conselho de Ministros. O principal objetivo do Ato era agilizar a implementação do Programa de Mercado Único.

Espanha e Portugal ingressam na Comunidade Europeia no dia 1º de janeiro de 1986, ampliando para doze o número de Estados- membros.

3.7 Tratado de Maastricht

O Conselho Europeu em seu encontro, em dezembro de 1991, na cidade de Maastricht, discutiu a formação da União Europeia. No dia 7 de fevereiro de 1992 foi assinado o Tratado de Maastricht, oficialmente chamado de Tratado da União Europeia. Ele se baseia em três pilares: União Econômica e Monetária, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a cooperação policial e judiciária em matéria penal. Porém, a União Econômica e Monetária é certamente o pilar que conseguiu ir mais longe. Na falta de uma maior integração política, que não se conseguiu atingir com o Tratado, a integração monetária buscou substituí-la.

A União Econômica e Monetária (UEM) deveria ser alcançada através de três estágios (NETO, 1994):

-Primeiro: Reforçar a coordenação das políticas econômicas e monetárias entre os membros.

-Segundo: Deveria ser criado o Instituto Monetário Europeu (IME), que teria a função de coordenar as políticas monetárias. Além disso, os Bancos Centrais dos países da CE deveriam tornar os seus Bancos Centrais independentes. Ao final, o IME se transformaria em um Banco Central Europeu que também seria independente.

-Terceiro: Começaria em janeiro de 1999, para os países que haviam cumprido os pré-requisitos básicos. Com o início do terceiro estágio, haveria a fixação das taxas de câmbio dos países sem a possibilidade de flexibilização. Depois disso, em 2002, uma moeda única circularia entre os membros da UE, o Euro.

O segundo pilar do Tratado é a Política Externa e de Segurança Comum. Porém, essa parte do acordo utilizou o método não-federalista, ou seja, as ações deveriam ser tomadas apenas por unanimidade do Conselho Europeu. Além disso, foi acordado que a política de defesa não poderia contrariar a política da OTAN.

O terceiro pilar é a cooperação policial e judiciária em matéria penal. Nessas matérias, as decisões também deveriam ser unânimes para ter validade. Essa cooperação aconteceria em questões como terrorismo, drogas, imigração, asilo político e crime.

O maior ganhador do Tratado de Maastricht foi o Parlamento Europeu, que finalmente ganhara o poder de veto, podendo trancar propostas da Comissão Europeia, que, dessa forma, perdeu parte do seu poder.

O tratado de Maastricht entrou em vigor no dia 1º de novembro de 1993, criando a União Europeia. No seu texto encontrava-se um artigo que permitiria os futuros alargamentos da União. Ele dizia que qualquer Estado europeu poderia se unir à UE, porém deveria se juntar a União inteira, sem ressalvas⁶.

A Área Econômica Europeia (AEE), a maior área de livre comércio do mundo, começou a funcionar no dia 1º de janeiro de 1994. Os países membros desfrutariam das quatro liberdades: de bens, serviços, pessoas e capital. Essa área ajudou a trazer novos participantes à UE. Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia se tornaram candidatos à União Europeia e, no dia 1º de janeiro de 1995, ingressaram nela com apenas uma exceção: a Noruega, que após um referendo rejeitou a entrada, retirou a sua candidatura.

⁶ UNIÃO EUROPEIA (2010b)

3.8 Tratado de Amsterdam

Na reunião do Conselho Europeu em Copenhague, no ano de 1993, ficaram estabelecidas as condições necessárias a um país que quisesse ingressar à Comunidade. Essas condições ficaram conhecidas como “critérios de Copenhague”.

As três condições estabelecidas foram: o país deve possuir uma economia de mercado, um sistema político democrático e, além disso, o candidato deve aceitar toda a legislação europeia (“*acquis communautaire*”) que está em vigor.

Em outubro de 1997 foi assinado o Tratado de Amsterdam, que entrou em vigor no dia 1º de maio de 1999.

3.9 Tratado de Nice

Em fevereiro de 2001 foi assinado o Tratado de Nice. Esse seria um dos pontos mais importantes na história da UE, pois modificava o balanço do poder.

Pontos importantes do acordo foram ⁷:

-No Conselho de Ministros, o poder foi em direção aos maiores Estados.

-Cada país teria apenas um comissário na Comissão Europeia.

-Se oito ou mais países desejarem se integrar mais profundamente em alguma área, eles poderão.

⁷ UNIÃO EUROPEIA (2010c)

-O poder de veto acaba em vinte e nove novas áreas, ou seja, passa a valer o voto da maioria.

Nota-se que a idéia de que todos os países deveriam andar juntos, ou nenhum, começou a desaparecer. Isso foi o início da preparação da UE para um grande alargamento, onde seria difícil conseguir conciliar as ambições de tantos membros.

3.10 A Integração do Leste Europeu

Em março de 1998 começaram as primeiras negociações de adesão de países do Leste Europeu. Esses países eram, em grande parte, ex-repúblicas socialistas, o que dificultava muito a aceitação, pois não possuíam uma economia de mercado desenvolvida e nem um sistema democrático confiável. Além disso, a Política Agrícola Comum (PAC) tornaria muito cara a entrada desses países, pois eles eram essencialmente agrícolas. Portanto, um acordo de última hora modificou o Programa Agrícola Comum, tornando mais barato o alargamento (JOVANOVIC, 2005).

Assim, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca ingressaram na UE no dia 1º de maio de 2004, caracterizando o maior alargamento em número de países já visto em toda história da integração europeia. Nascia uma nova União Europeia, com uma enorme diversidade e com fortes desigualdades de renda entre os seus membros.

Continuando a tendência de expansão, em 2007, Bulgária e Romênia também foram aceitas, elevando para vinte e sete o número de países que formam a UE.

4 ESPANHA E PORTUGAL: OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA

4.1. Introdução

Nesta seção será feito um breve resumo dos principais momentos que marcaram a evolução econômica de Espanha e Portugal desde antes do seu ingresso na UE.

Na trajetória de longo prazo do crescimento econômico da economia espanhola, no período de 1960 até o fim dos anos 2000, observa-se uma característica importante: Os momentos de expansão coincidiram basicamente com dois fatos: (1) abertura e integração da Espanha com o exterior, notadamente com os seus vizinhos europeus; (2) expansão das economias da Comunidade Européia. Desses fatos, pode ser extraída a seguinte conclusão: a abertura trouxe crescimento, porém com maior dependência da expansão econômica de seus parceiros. Para entender essa correlação é importante analisar a trajetória histórica da economia desse país.

Em 1959, o Plano de Estabilização trazia uma série de medidas liberalizantes que significaram o início da integração internacional espanhola. Esse plano, em linhas gerais, possuía políticas de ajustes macroeconômicos, com o objetivo de estabilizar a economia através da redução do déficit público e da inflação. Além disso, buscava fazer uma abertura comercial e financeira com a finalidade de aumentar a integração da Espanha com a comunidade internacional. Com esse fim, foram tomadas medidas diplomáticas que buscavam uma aproximação com as organizações internacionais. Era uma nova fase, tendo em vista que, até então, a Espanha era praticamente uma autarquia, haja vista o isolamento econômico e, também, diplomático em relação ao resto do mundo (BICHARA, 2009, p.186). É importante notar que, em junho de 1959, os espanhóis assinaram um acordo com a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), o que significou o início das relações de integração econômica com os seus vizinhos europeus. Nesse acordo a Espanha se comprometia a reduzir gradualmente quotas e tarifas de importações oriundas dos membros da Organização.

As reformas internas, somadas ao bom desempenho dos seus vizinhos, trouxeram um forte crescimento econômico e, também, o crescimento da produtividade da economia espanhola durante a década de 1960.

Além disso, a política monetária expansionista causou pressões sobre a demanda, aumentando os níveis inflacionários e o problema do déficit externo. As tentativas do governo de combater esses dois problemas através do aumento da taxa de juros, restrição de crédito e redução do gasto público ocasionaram o fraco desempenho econômico visto nas décadas de 1970 e na primeira metade da década de 1980 (BICHARA, 2009).

A primeira crise internacional do petróleo também contribuiu para os desequilíbrios interno e externo da economia espanhola, pois grande parte do petróleo consumido na Espanha era adquirida no exterior, assim, elevando os preços internos e depreciando as contas externas.

Em 1985 esse panorama mudou, com a economia espanhola entrando em uma fase de crescimento, com aumento dos investimentos e forte entrada de recursos produtivos. Esse crescimento terminaria nos anos 1992 e 1993, com a forte crise causada pela ruptura do Sistema Monetário Europeu (SME). Essa crise foi causada por expectativas negativas em relação ao futuro da União Européia, levando a um processo de especulação nos mercados de câmbio. A crise que foi chamada por BICHARA (2009) de “colapso do SME”, ocorreu entre 1991 e 1993.

Após essa crise, a Espanha voltou a ter uma trajetória de forte crescimento. Nesse período, a perspectiva da entrada espanhola na união econômica e monetária aumentou a confiança na estabilidade macroeconômica do país, fazendo com que as taxas de juros diminuíssem e, com isso, estimulando a demanda interna. Além disso, o IDE continuou aumentando, o que também contribuiu para essa expansão, como será visto na análise dos dados mais adiante.

Nesse período pós-crise do SME, e até 1998, a política monetária da Espanha tinha apenas o objetivo de atingir as metas necessárias ao ingresso na

UEM. Uma vez na UEM, o Estado espanhol perdeu completamente os instrumentos de política monetária, restando apenas a política fiscal, que também seria controlada pela União através do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que iria impor limites ao déficit público.

Depois de visto este resumo do caso espanhol, serão descritos os momentos que marcaram a evolução histórica portuguesa durante o período de 1960 ao final dos anos 2000.

Nos anos 1960, as colônias portuguesas começaram a se revoltar contra o domínio de Portugal. Assim, o país se viu em uma guerra em várias frentes contra as suas províncias ultramarinas que buscavam independência. Essa série de conflitos ficou conhecida como Guerra do Ultramar. Em 1974, o exército português deu um golpe de estado, historicamente chamado de Revolução dos Cravos, que derrubou o Estado Novo em Portugal, devolveu as liberdades civis aos portugueses e iniciou o processo de descolonização de suas províncias terminando com a Guerra do Ultramar.

Já em 1976, assume o primeiro presidente eleito democraticamente. Dessa forma, Portugal começava a construir as suas instituições democráticas que levariam ao pedido de adesão à Comunidade Europeia e culminaria com a sua entrada, de fato, no bloco de países europeus. Assim, chegava ao fim, um período de fortes turbulências políticas e instabilidades internas.

Assim como a Espanha, Portugal entrou em um período de crescimento ao se integrar a Comunidade Econômica Européia. Os fortes aumentos dos investimentos levaram a economia portuguesa a um período de grande prosperidade que só se alterou durante os anos 2000, com uma forte redução do crescimento. O fraco desempenho econômico dos últimos anos se explica por problemas internos e estruturais que Portugal demonstra e serão tratados mais adiante. Primeiro, será explicada a evolução das variáveis de convergência.

Nos dias 28 de março de 1977 e 28 de julho do mesmo ano, respectivamente, Portugal e Espanha apresentaram os seus pedidos oficiais de adesão à Comunidade Européia. Após os pedidos serem feitos, ocorreu um longo período de negociações e adaptações para então, no ano de 1986, esses dois países integrarem o grupo de países que formam a CE.

Esse capítulo se propõe a analisar quais foram os efeitos da integração econômica européia sobre Espanha e Portugal. Para isso, serão analisadas algumas variáveis econômicas desses países, as quais, por critério metodológico, foram divididas em dois grupos, a saber: variáveis de convergência e variáveis de desempenho.

As denominadas variáveis de convergência são aquelas em relação às quais os países-membros possuem metas pactuadas com a Comunidade Européia, para manter certa convergência das políticas econômicas. São elas: déficit público em relação ao PIB e taxa de inflação.

Definem-se como variáveis de desempenho aquelas cujo comportamento entende-se que seja impactado pelo processo de integração ao invés de predefinido sob a forma de metas estabelecidas pela Comunidade Européia. Elas são indicativas do desempenho econômico dos países analisados após o ingresso na União Européia. Para efeito deste trabalho, serão consideradas as seguintes variáveis de desempenho: o produto interno bruto *per capita*, a formação bruta de capital fixo, o investimento direto estrangeiro e o índice de inserção da economia no comércio internacional. Além dessas variáveis, especialmente para ilustrar o caso português, serão analisadas variáveis sobre a escolaridade da força de trabalho de Portugal e comparadas com as da Espanha.

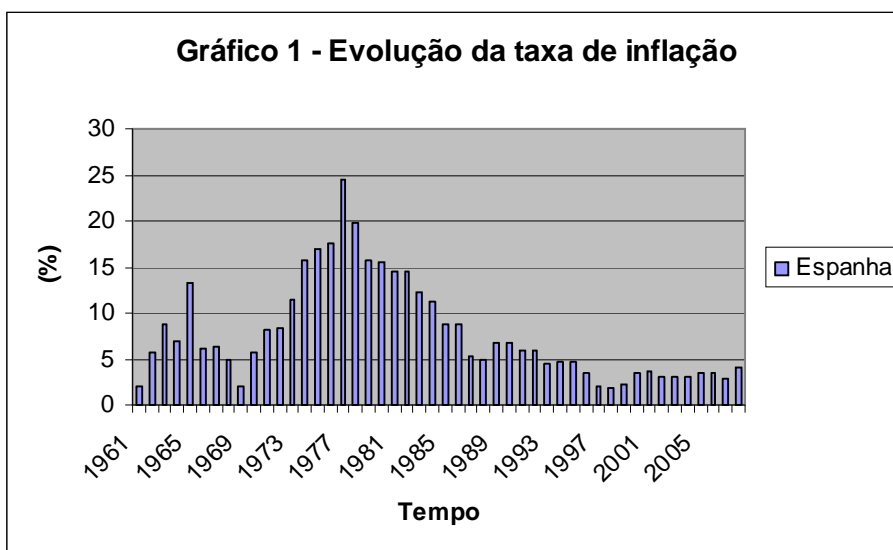
4.2 Espanha

4.2.1 Variáveis de Convergência

Uma grande conquista da economia espanhola foi a estabilidade de preços. No tocante a essa variável a integração europeia teve um papel crucial, pois, além dos critérios rígidos de controle de preços impostos para o ingresso na Comunidade Europeia, um dos benefícios da integração monetária foi a estabilidade interna dos preços.

No ano de 1977, a inflação da Espanha atingiu 24,6%, como reflexo da expansão monetária utilizada na década de 1960 e do aumento do preço do petróleo. Esse foi o mesmo ano que o governo espanhol submeteu o pedido oficial de entrada na CE.

Depois desse período conturbado de instabilidade de preços, a inflação espanhola começou a despencar e, no ano de 1988, estava abaixo dos 5%. Neste mesmo ano, o Produto Interno Bruto real *per capita* cresceu 4,9%, ou seja, crescimento alto com baixa inflação. O aumento dos preços ao consumidor continuou sua tendência de queda, chegando a 1,8% em 1998 e se mantendo próximo dos 3% entre 2000 e 2006.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Além da estabilidade de preços, outra preocupação das autoridades da Comunidade Européia era o gasto dos governos nacionais. Para manter uma política de convergência em relação ao gasto público entre os países da União, foi criado, em 1997, o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Esse pacto estabeleceu metas de déficit público em relação ao PIB e do total da dívida em relação ao PIB para cada Estado membro. Além disso, são previstas multas para os países que descumprirem as metas fixadas. Dessa forma, os membros da União Européia praticamente perderiam a capacidade de fazer política fiscal em troca da convergência.

O pacto estabeleceu que o déficit público deveria ser de no máximo 3% do valor do PIB e o total da dívida pública não poderia ultrapassar 60% do valor do PIB. Vendo a tabela 1 é possível notar que a Espanha se adaptou rapidamente às regras do pacto.

Tabela 2 – Resultado das contas públicas e dívida total em relação ao PIB (Espanha)

Ano	Déficit (-) e superávit (+) público como % do PIB	Dívida pública consolidada (% do PIB)
1998	-3,2	64,1
1999	-1,4	62,3
2000	-1	59,3
2001	-0,6	55,5
2002	-0,5	52,5
2003	-0,2	48,7
2004	-0,3	46,2
2005	1	43
2006	2	39,6
2007	1,9	36,2
2008	-4,1	39,7
2009	-11,2	53,2

Fonte: Eurostat. Elaborada pelo autor.

No ano de 1999, o déficit público já estava dentro da meta, assumindo o valor de 1,4% do PIB, portanto, menor do que os 3% acordados no pacto. No mesmo ano o total da dívida ainda estava acima da meta de 60%, porém o valor reduziu de

64,1% para 62,3%. No ano seguinte, em 2000, a Espanha já havia alcançado as duas metas e continuou mantendo-se dentro dos valores permitidos, chegando a registrar até mesmo superávits públicos entre 2005 e 2007.

Apesar das contas se manterem equilibradas até 2007, é importante notar que no ano de 2008 o déficit público ficou em 4,1%, ou seja, acima dos 3% previstos. Esse ano se caracterizou pelo início da crise financeira internacional, o que trouxe grandes impactos nas contas públicas. Porém, esse valor está longe dos 11,2% registrado no ano de 2009. Foi nesse ano que veio à tona uma grande crise dentro da União Européia, que ameaçou o futuro do bloco ⁸.

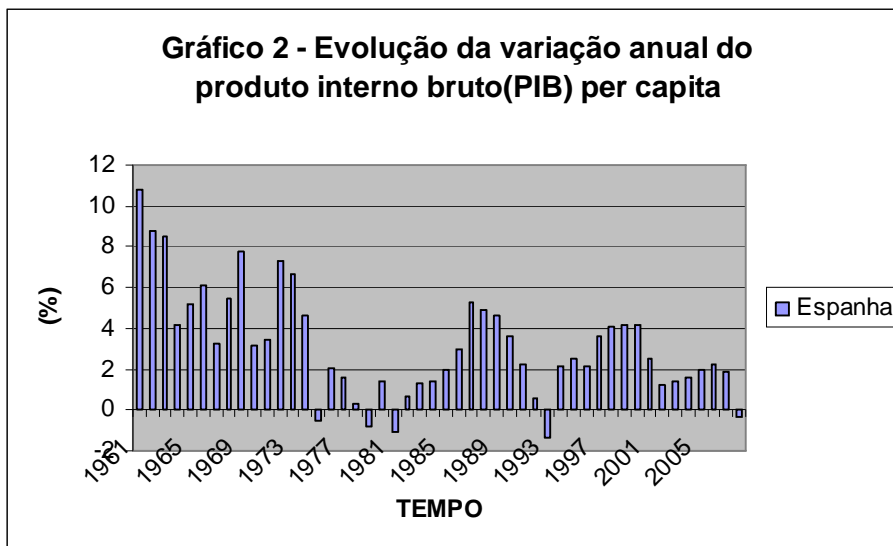
4.2.2 Variáveis de Desempenho

Analisando os gráficos 1 e 2, é possível notar a situação de baixo crescimento que a economia espanhola se encontrava no final da década de 1970 e início da década de 1980. Antes mesmo da entrada oficial da Espanha na Comunidade Européia, em 1986, essa tendência de redução do crescimento se inverteu, trazendo um longo período de crescimento do PIB *per capita*, que alcançou seu pico máximo de crescimento em 1987, com uma taxa de 5,3% no ano. Essa mudança prematura se deve à confiança gerada nos investidores com a expectativa da integração e também com as medidas de preparação e adaptação da economia para a entrada espanhola na CE.

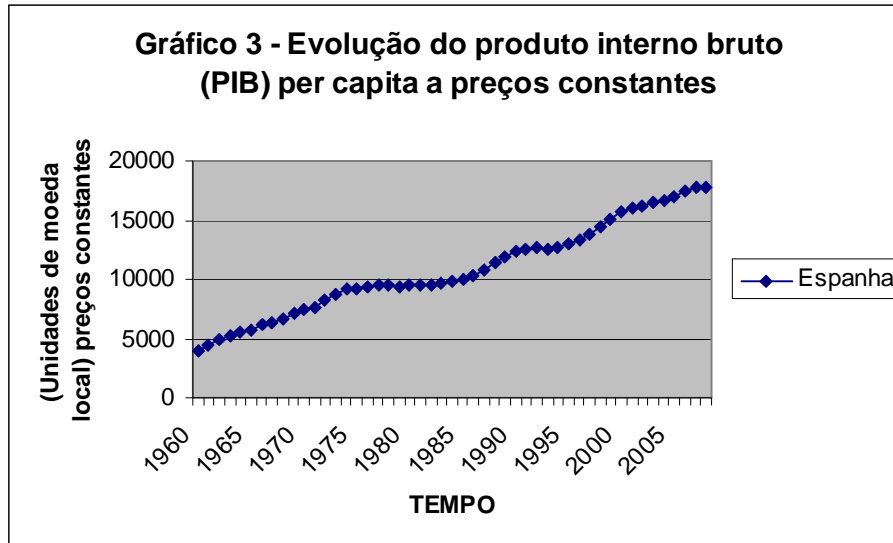
Depois nota-se claramente a desaceleração, até chegar ao decréscimo do PIB *per capita* em 1993, com taxa de 1,34%, devido à crise do SME, conforme citado acima.

⁸ Essa crise ficou popularmente conhecida no mundo pelo acrônimo pejorativo “P.I.G.S.” (Portugal, Irlanda e Itália, Grécia, Espanha), que são as iniciais, em inglês, dos países que apresentaram os maiores problemas com déficits públicos e, na língua inglesa, significa “porcos”.

Logo após a queda de 1993, a economia voltou a se recuperar e seguiu crescendo em todos os anos seguintes, só voltando a se contrair com a crise financeira internacional de 2008.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

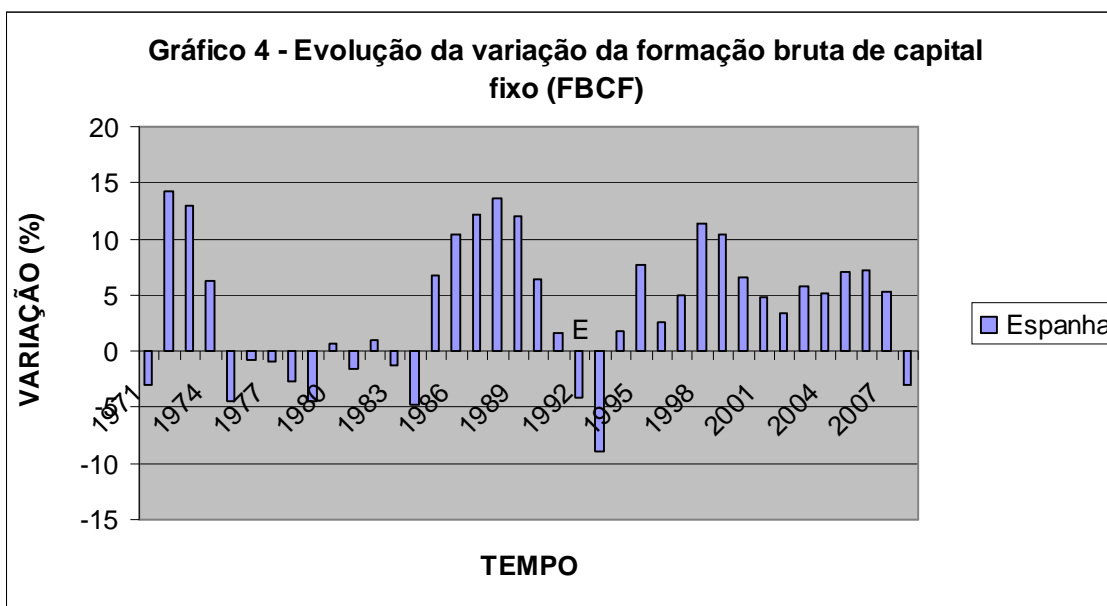


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

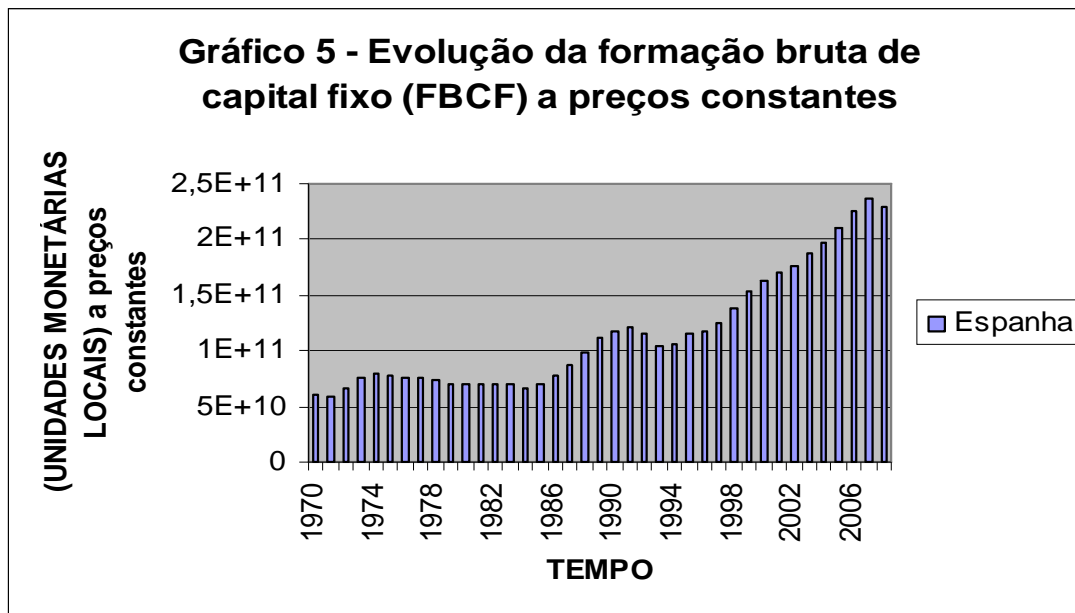
Através dos dados sobre o investimento é possível explicar esse aumento do crescimento da economia espanhola. A forte entrada de capital produtivo vindos do

exterior afetou de forma significativa a formação bruta de capital fixo e foi um fomentador de todo esse crescimento econômico.

Uma variável fundamental para se entender o crescimento é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Essa variável indica o valor investido em capital fixo em determinada economia. Portanto, ela é extremamente importante para explicar não só o crescimento da economia, como também a sustentabilidade desse crescimento. No caso espanhol, a FBCF disparou com a entrada na Comunidade Européia. Enquanto no ano de 1984 ela havia caído em quase 5 %, no ano seguinte cresceu em 6,7 % e continuou aumentando o seu crescimento até alcançar o maior aumento no ano de 1987, que seria de 13,55%.



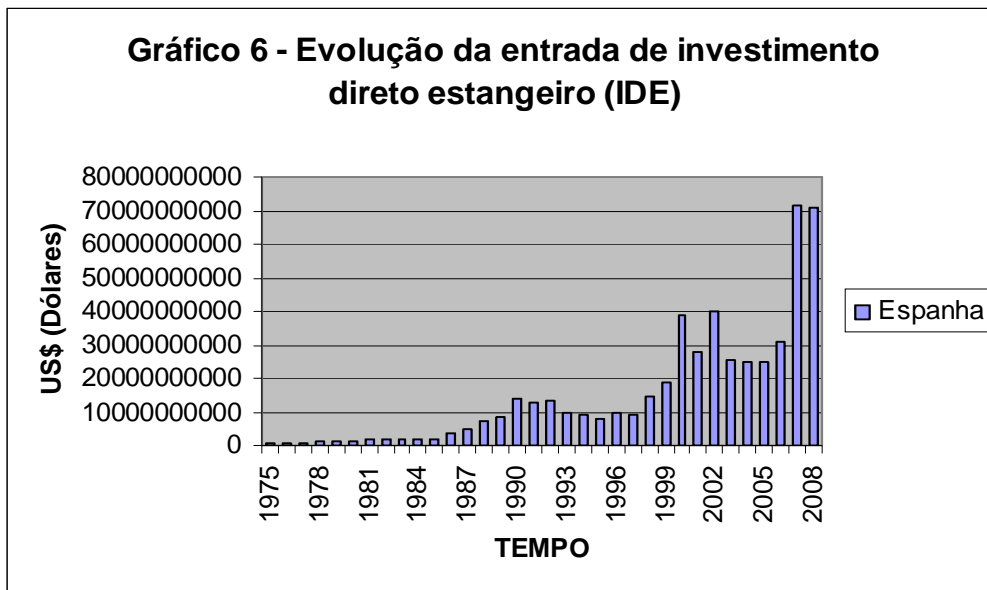
Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

O principal fator que explica o grande aumento da formação bruta de capital fixo espanhol foi o investimento direto estrangeiro. Dessa forma, a seguir será analisada a evolução dessa variável.

Antes mesmo da adesão, apenas com a possibilidade do ingresso da Espanha na CE, os investidores de outras nações se sentiram atraídos a enviar recursos direcionados à produção para esse país, aumentando, assim, o nível do investimento direto estrangeiro (ver gráfico 6). Logo após a entrada oficial na Comunidade, o fluxo de IDE ingressando no país explodiu, saltando de perto dos 2 bilhões de dólares em 1985 para quase 14 bilhões em 1990. Esses números não pararam de crescer, atingindo a incrível marca de 70 bilhões em 2007. Dessa forma, é possível concluir que no caso espanhol se verificou o que se esperava, de acordo com a teoria dinâmica da integração, no que diz respeito ao aumento do investimento proveniente do exterior.

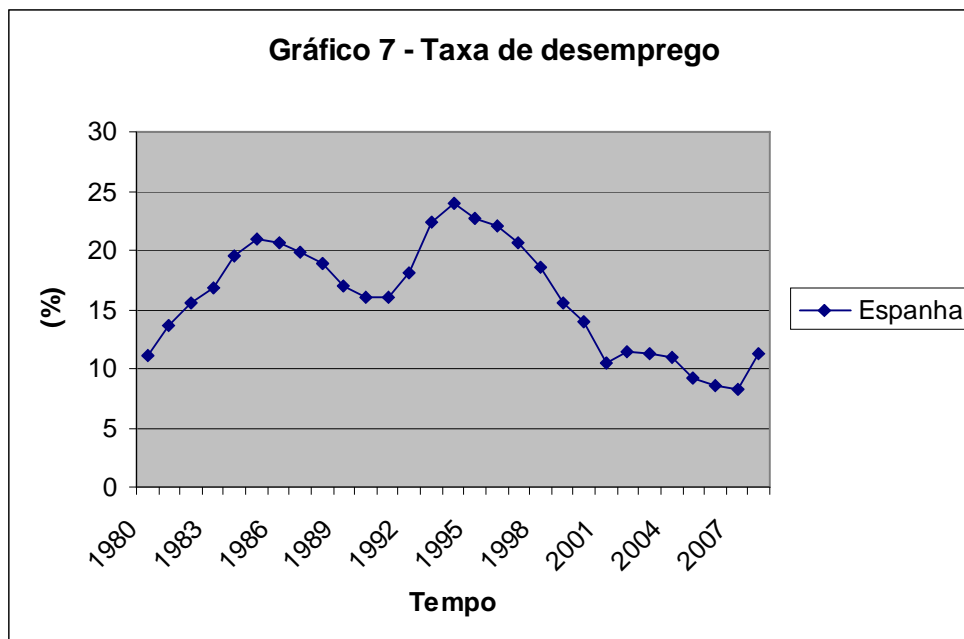


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Um indicador importante para entender a situação dos trabalhadores, ou seja, da maior parte da população, é a taxa de desemprego. No caso espanhol, em 1985, o desemprego atingiu 21% da força de trabalho. Nos anos seguintes, a taxa foi se reduzindo, até chegar aos 16% em 1991. Porém, a partir desse ano, pode-se notar um forte aumento do desemprego, que em apenas três anos aumentou quase oito pontos percentuais, chegando em 1994 perto de 24% da força de trabalho. Pode-se dizer que o responsável por essa situação foi a crise do SME, que ocorreu entre 1991 e 1993. Porém, o que chama atenção é a força que impactou sobre o desemprego da economia espanhola. Essa intensidade pode ser explicada por um efeito negativo da integração econômica, ou seja, a perda a nível nacional da capacidade de implementar políticas econômicas. Dessa forma, no período da crise, a Espanha tinha poucos instrumentos para agir e fazer políticas anticíclicas para tentar reduzir os impactos sociais da crise.

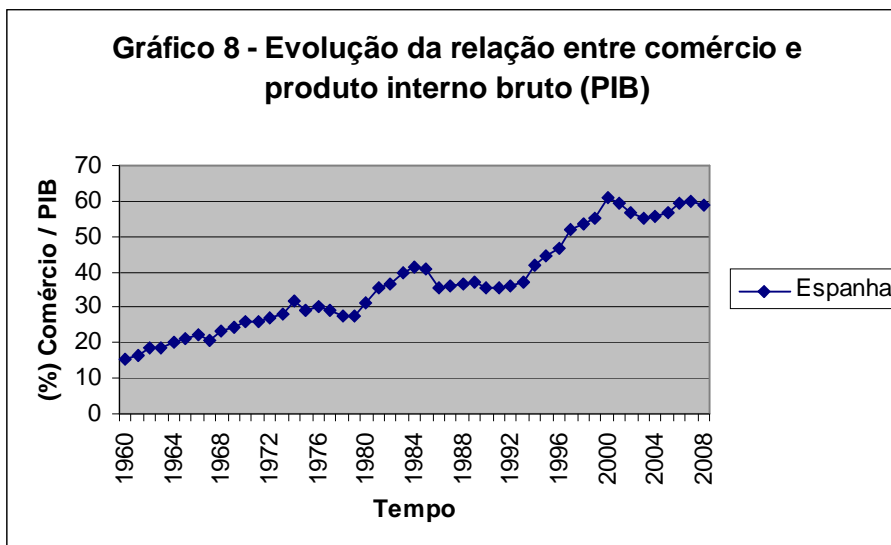
Depois de chegar ao seu pior momento em 1994, a taxa de desemprego assumiu uma forte tendência de queda, chegando a 10,5% em 2001. Em 2007, ela chegou a 8,7%, porém no ano seguinte, em consequência da crise financeira internacional, ela voltou a subir para 11,3%.

Apesar da redução do desemprego dos últimos anos na economia espanhola, seus valores sempre estiveram a níveis muito elevados, acima dos outros países da União Européia. MACHADO & MARTINS (2000, p. 26) indicam a maior regulação do mercado de trabalho como consequência dessa diferença.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

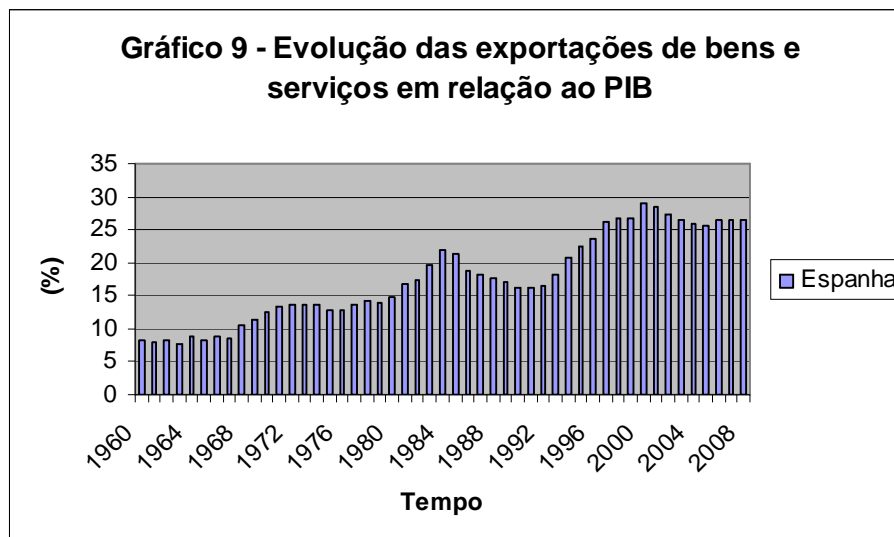
Além do aumento do fluxo de capitais, como era de se esperar, aconteceu um grande aumento da inserção da economia espanhola no comércio mundial. Comprova-se essa afirmação analisando os dados da porcentagem do total da corrente de comércio externo em relação ao PIB.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Em 1960, as trocas comerciais externas realizadas pela economia espanhola era apenas 15% do PIB. Com as liberalizações da década de 1960 e com as negociações e adaptações às exigências comunitárias, ele foi crescendo e, em 1986, estava em 35% do PIB. Essa tendência do aumento da participação do comércio externo no PIB continuou crescendo e, em 2007, era de quase 60% do Produto.

Além de saber a profundidade da inserção da economia no comércio internacional, é importante entender a qualidade dessa expansão nas trocas com o exterior.

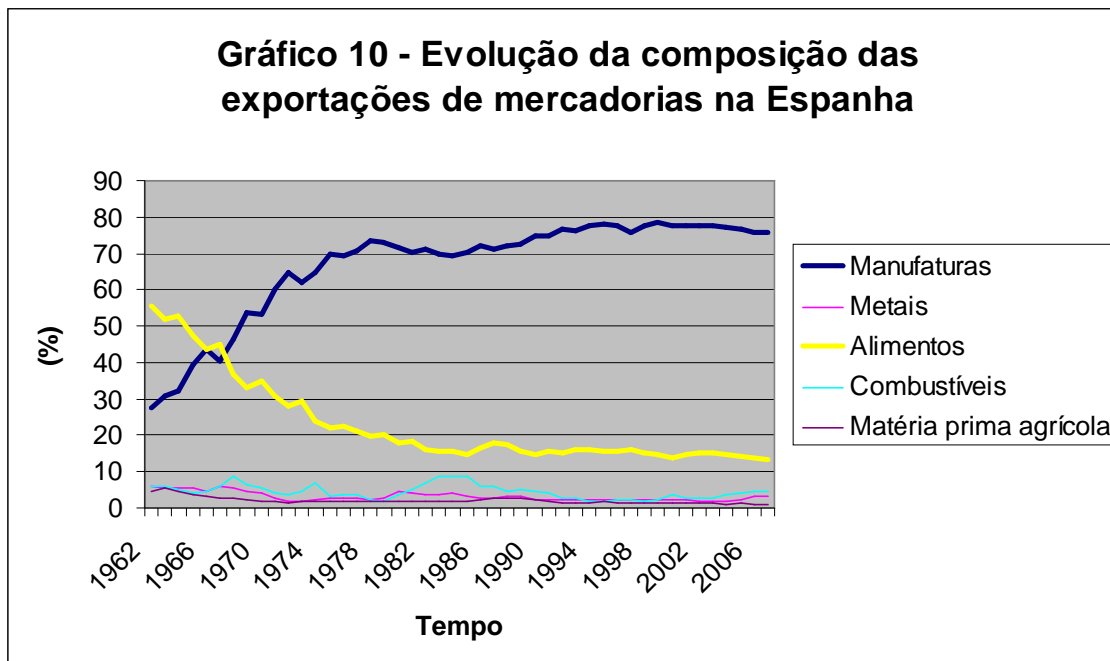


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

A participação das exportações no PIB era de 18,6% em 1986, enquanto que no final do período, em 2008, subiu para 26,4%, um aumento de quase 8%.

Analisando a composição das exportações de mercadorias nota-se uma tendência clara de aumento na participação de produtos manufaturados e uma redução da participação de alimentos.

Nos anos 1960 e 1970, essa mudança na pauta de mercadorias exportadas ocorreu com uma maior intensidade. Nos anos seguintes, apesar desse movimento reduzir a sua velocidade, a tendência foi mantida. É importante destacar que essa tendência tem início muito antes da integração à UE. Em 1985, 70,4% dos produtos exportados eram manufaturados, enquanto em 2007 esse valor estava próximo dos 76%. Já as exportações de alimentos, em 1985, eram quase 15% do total das mercadorias, enquanto em 2007 elas eram 13,5% do valor vendido a outros países.

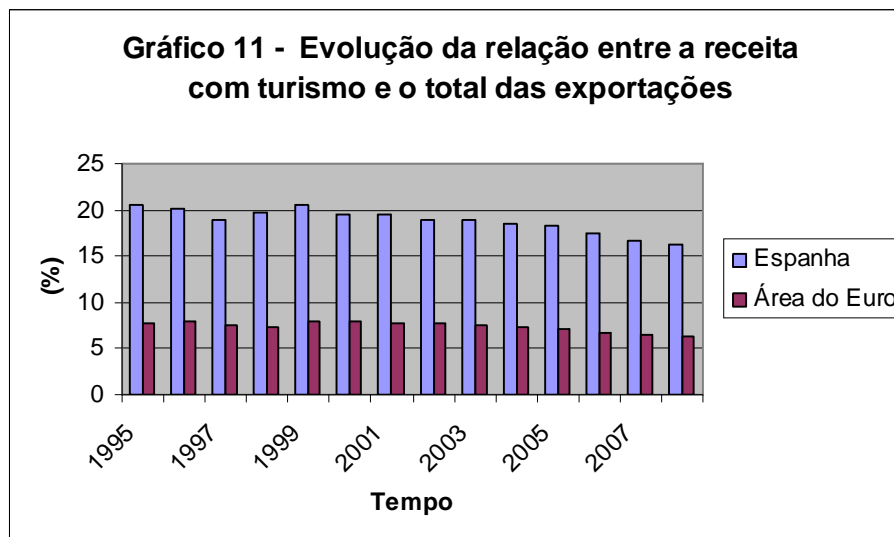


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Serão analisados os dados de um setor que exerceu grande importância nas economias de Portugal e Espanha e que representa grande parte das exportações desses países, o turismo. Pelo fato de estar disponível uma série de dados mais curta do que as até aqui apresentadas neste trabalho, torna-se difícil encontrar uma tendência clara dos dados sobre o turismo. Por isso, será utilizada a comparação com a média dos países da área do Euro para se entender a importância desse setor nos dois países analisados no presente trabalho.

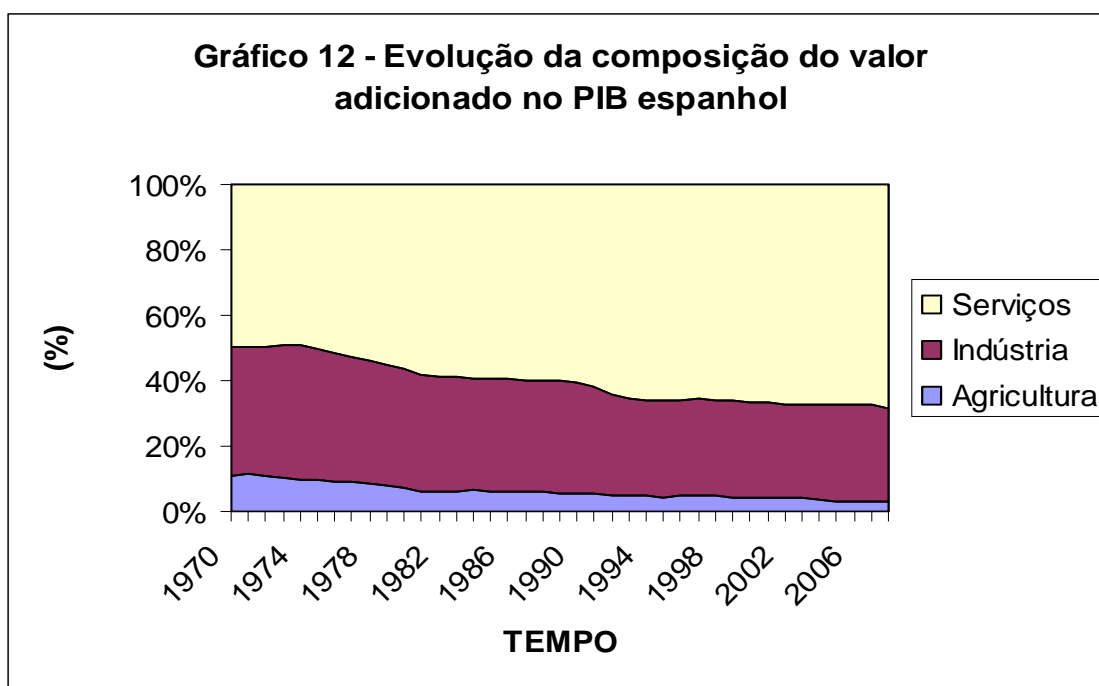
Vendo o gráfico 11, nota-se que a participação do turismo nas exportações da Espanha se encontra bem acima dos valores da área do Euro durante todo período de análise.

Em 1995, mais de 20% do valor das exportações espanholas é resultado das receitas com o turismo, enquanto na área do Euro esse valor é de 7,8%, uma diferença de 12,2 pontos percentuais. Durante o período, a participação do turismo na Espanha se reduziu. Mesmo assim, em 2008, a diferença em relação aos países do Euro se encontrava em 10,12 pontos percentuais.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Em geral, nota-se nos países desenvolvidos certo padrão. À medida que o país vai percorrendo o caminho do desenvolvimento, é natural que os setores da agricultura e da indústria percam espaço para os serviços. Em decorrência dessa tendência, será analisado o valor adicionado por esses setores no Produto Interno Bruto, com o objetivo de saber se Espanha e Portugal têm assumido características de países desenvolvidos.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

No caso espanhol fica claro que o setor de serviços tem ganhado espaço frente à agricultura e indústria. Em 1985, os serviços eram responsáveis por 59,5% do valor adicionado. Já no ano de 2007 esse valor era de 67,3%. Além disso, no mesmo ano, a agricultura representava menos de 3% do valor adicionado, enquanto em 1985 esse valor era de mais de 6%. Portanto, pode-se verificar a tendência de aumento dos serviços no valor adicionado do PIB.

4.3 Portugal

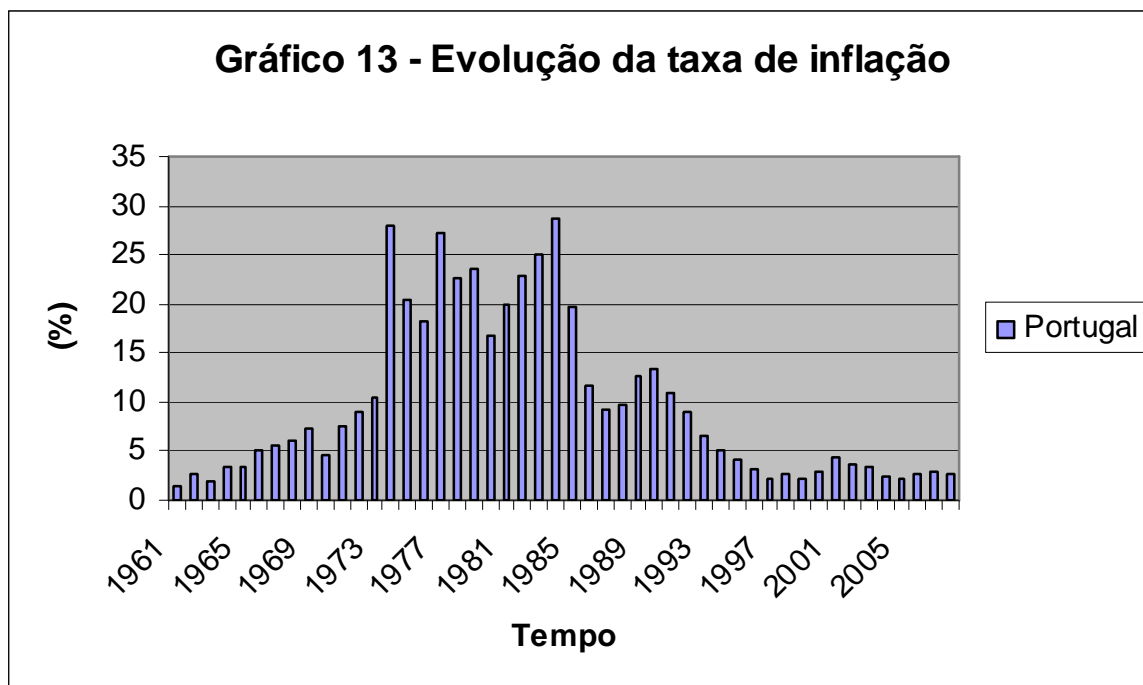
4.3.1 Variáveis de Convergência

Assim como na Espanha, a estabilidade de preços em Portugal foi obtida em grande medida pela entrada na Comunidade Européia. Porém, diferentemente do caso espanhol, a inflação portuguesa estava em um nível bastante elevado às vésperas da adesão da CE.

No ano de 1984, a inflação portuguesa chegou a quase 29%, um valor elevado demais para os níveis europeus. No entanto, nos anos seguintes, ela caiu drasticamente, coincidindo justamente com o período que Portugal se juntou aos países da Comunidade Européia. Em 1987 o crescimento dos preços já estava na casa de um dígito, depois ele teve uma leve alta e retomou a tendência de baixa. Durante os anos 2000, a inflação se manteve sempre abaixo dos 4,5%, mostrando que com a entrada na CE os níveis de aumento de preços caíram consideravelmente. Além disso, o fato de Portugal estar com a sua taxa de inflação abaixo de 5% há mais de uma década, mostra que o país conseguiu atingir a tão esperada estabilidade de preços.

Dessa forma, tanto Espanha quanto Portugal se beneficiou consideravelmente da adesão à Comunidade Européia no que diz respeito à

estabilidade de preços, pois os dois países vêm mantendo uma baixa taxa de inflação nos últimos anos.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

No que diz respeito às metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento, Portugal teve mais dificuldade do que Espanha para manter os seus déficits públicos abaixo dos 3% do PIB. No caso português não houve nenhum ano com superávit, além disso, na metade dos doze períodos analisados, o déficit ficou acima dos 3%.

Tabela 3 - Resultado das contas públicas e dívida total em relação ao PIB (Portugal)

ANO	Déficit (-) e superávit (+) público como % do PIB	Dívida pública consolidada (% do PIB)
1998	-3,4	52,1
1999	-2,8	51,4
2000	-2,9	50,5
2001	-4,3	52,9
2002	-2,8	55,6
2003	-2,9	56,9
2004	-3,4	58,3
2005	-6,1	63,6
2006	-3,9	64,7
2007	-2,6	63,6
2008	-2,8	66,3
2009	-9,4	76,8

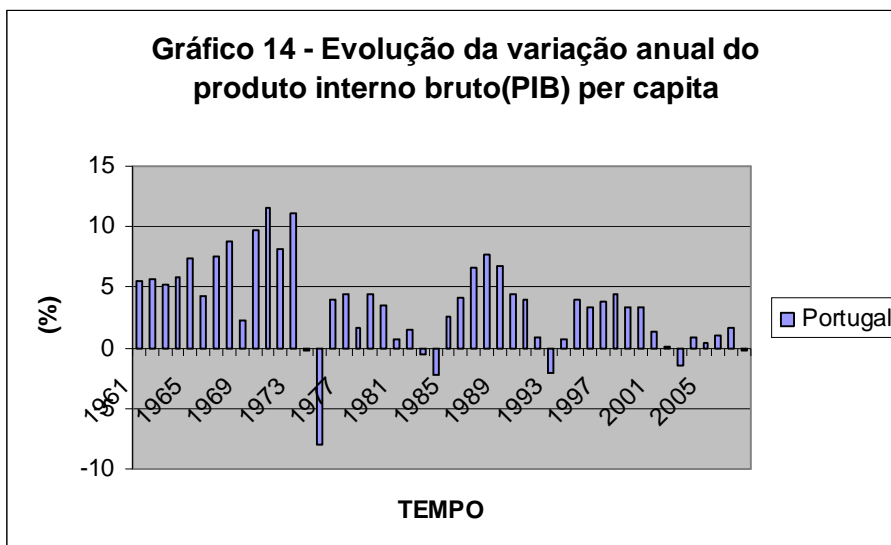
Fonte: Eurostat. Elaborada pelo autor.

Já no total da dívida pública em relação ao PIB, o indicador português começou dentro da meta, abaixo dos 60%. Porém, nota-se uma tendência de aumento desse valor e, a partir de 2005, todos os anos ficaram acima da meta permitida. Portanto, em Portugal ocorreu o oposto do caso espanhol, que havia começado com uma dívida em relação ao PIB superior a 60% e teve uma tendência de rebaixamento desse valor.

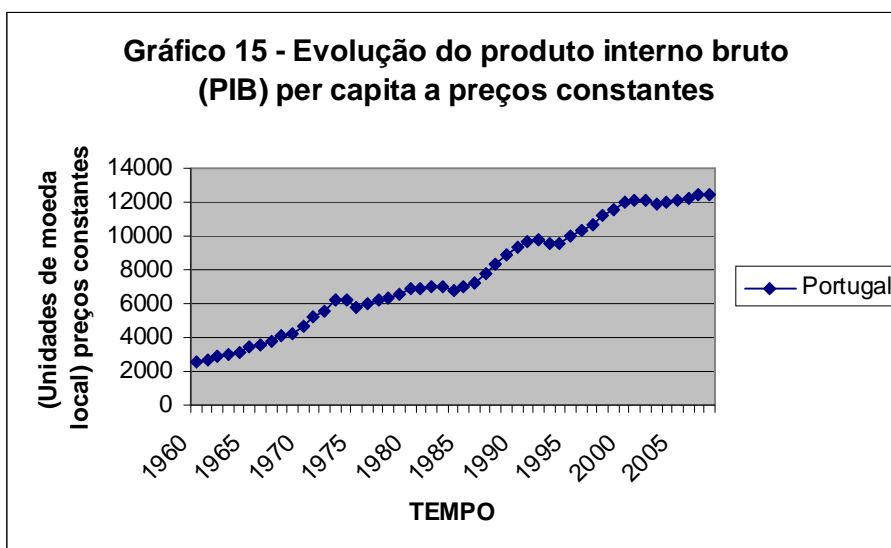
4.3.2 Variáveis de Desempenho

Analisando o PIB *per capita* português nota-se que no ano de 1984 houve uma queda de mais de 2% e, logo no ano seguinte, a tendência se alterou. Em 1985 essa variável cresceu mais de 2,5 % e continuou a aumentar, até alcançar um crescimento de quase 8% em 1988. Depois disso, o crescimento foi sendo reduzido até chegar o ano de 1993, em que o PIB *per capita* encolheu, devido à crise do Sistema Monetário Europeu, tal como acontecera com a Espanha, conforme descrito

acima. Depois dessa crise, Portugal voltou a crescer, com um aumento do PIB real *per capita* em mais de 26% no total do período de 1994 a 2001.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

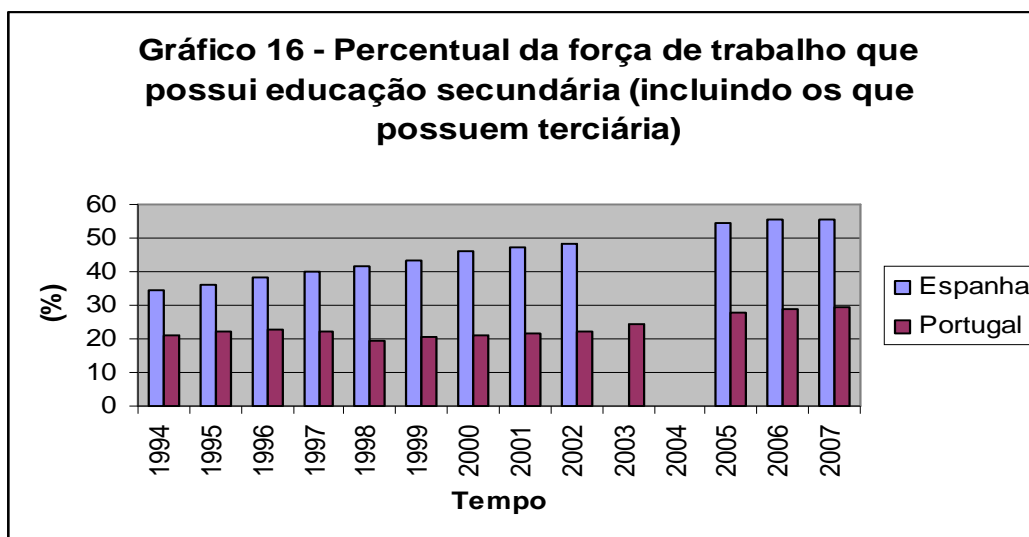


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Durante os anos 2000, a economia portuguesa reduziu o seu ritmo acelerado de crescimento. No período de 2001 a 2008, o PIB real *per capita* cresceu apenas 2,4%. Esse fraco desempenho se deve a um problema estrutural de Portugal que é a baixa produtividade do trabalho. Ocorre que Portugal apresenta um baixo coeficiente de capital por trabalhador, além de o peso de trabalhadores em setores de baixa produtividade estar acima da média dos países da zona do Euro. Um outro

problema é que Portugal é um dos países que tem o menor percentual de trabalhadores com ensino secundário completo⁹. O problema da educação não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, pois os indicadores PISA¹⁰ mostram que, nas comparações internacionais da qualidade da educação, os índices portugueses são preocupantes.

Comparando os dados do percentual da força de trabalho portuguesa que possui apenas educação secundária (incluindo os que possuem além da secundária, a terciária) com, por exemplo, do seu vizinho, a Espanha, nota-se que os níveis estão sempre muito abaixo dos espanhóis. Além disso, vendo a evolução desse índice no gráfico 16, percebe-se que o aumento do percentual de Portugal foi tímido em relação ao da Espanha. Em 1994, início do período analisado, 21% da força de trabalho possuía educação secundária, ao passo que em 2007, 29% tinha esse nível de educação. Um aumento de oito pontos percentuais, pequeno se comparado aos 21,3 pontos percentuais do caso espanhol. No início do período a Espanha já possuía grande vantagem desse indicador sobre Portugal, possuindo 34,5% da sua força de trabalho com educação secundária. Porém, durante o período analisado, a discrepância entre os países aumentou, e a Espanha atingiu em 2007 a marca de 55,8% da sua força de trabalho.

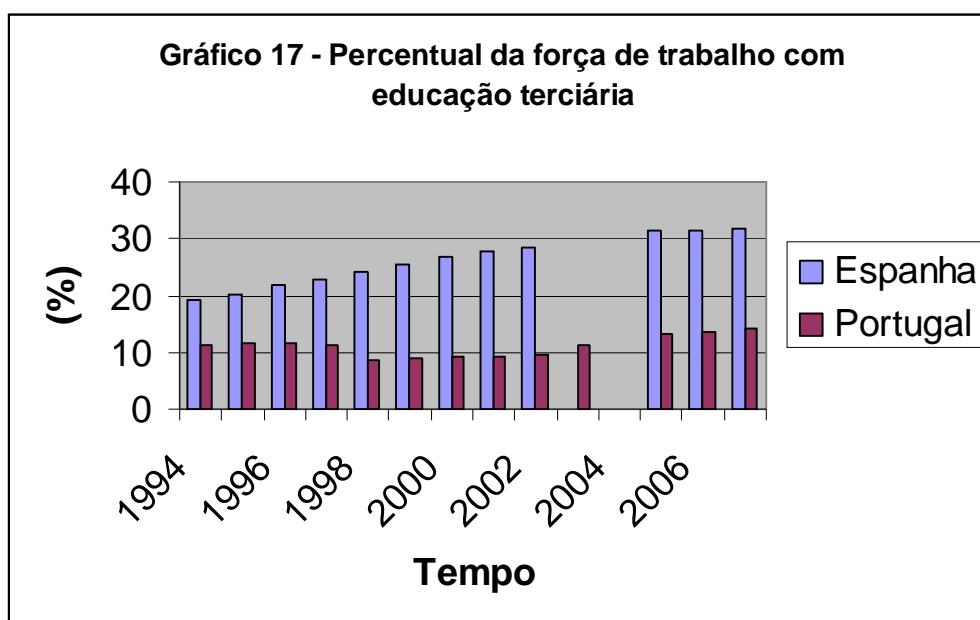


⁹ Cf. ALMEIDA ET. AL.(2009).

¹⁰ É um programa de avaliação internacional feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que compara a efetividade dos sistemas educacionais entre os diferentes países.

Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Se forem analisados os dados da população com educação terciária, a diferença entre os países é ainda maior. Em 1994, enquanto Portugal possuía 11,3% da sua força de trabalho com educação terciária, a Espanha tinha 19,1%. No ano de 2007, esse indicador era de 14,1% e 31,8%, respectivamente, ou seja, o avanço português foi de apenas 2,8 pontos percentuais enquanto o espanhol foi de 12,7 pontos percentuais, praticamente quatro vezes e meia maior.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

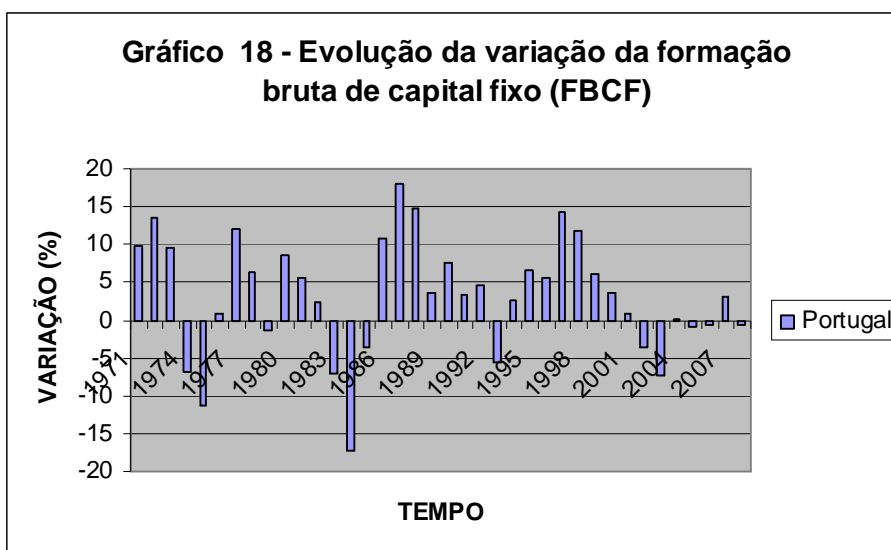
Os problemas da baixa produtividade da mão-de-obra só apareceram nos anos 2000, quando se tornou evidente uma maior concorrência no comércio internacional. Além disso, o trabalho qualificado se tornou extremamente importante em um contexto onde o progresso técnico passou a ser fundamental. Outro fator importante foi o ingresso na União Europeia dos países do Leste Europeu, que apesar de possuírem mão-de-obra mais barata do que a europeia, também apresentam bons níveis educacionais.

Apesar do fraco crescimento na última década, a economia portuguesa obteve um grande progresso desde o seu ingresso na CEE. Desde 1986 até o ano

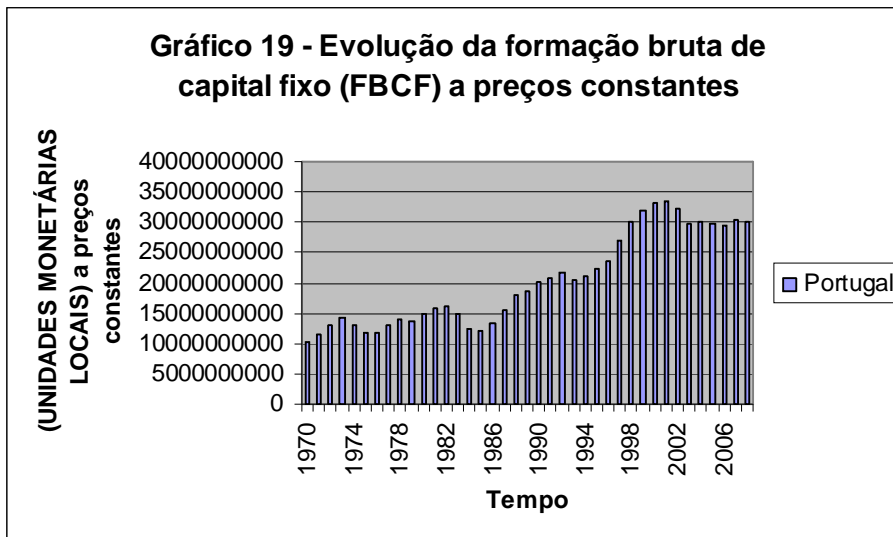
de 2009 o PIB real *per capita* de Portugal cresceu um pouco mais de 70%, o que significa uma mudança de grandes proporções em toda a economia do país.

Para explicar esse crescimento do PIB *per capita* durante o período em questão, serão analisados os dados da formação bruta de capital fixo.

No ano de 1984, a FBCF portuguesa teve uma queda expressiva de mais de 17 %, em 1985 essa queda foi menor. No ano em que Portugal aderiu à Comunidade Europeia esse indicador passou a ser positivo, mostrando um crescimento de mais de 10%. Nos períodos seguintes, a formação bruta de capital fixo continuou apresentando, ano após ano, variação positiva. Apenas em 1993, a FBCF teve uma taxa de variação negativa, se for analisado o período que vai de 1986 até 2001.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.



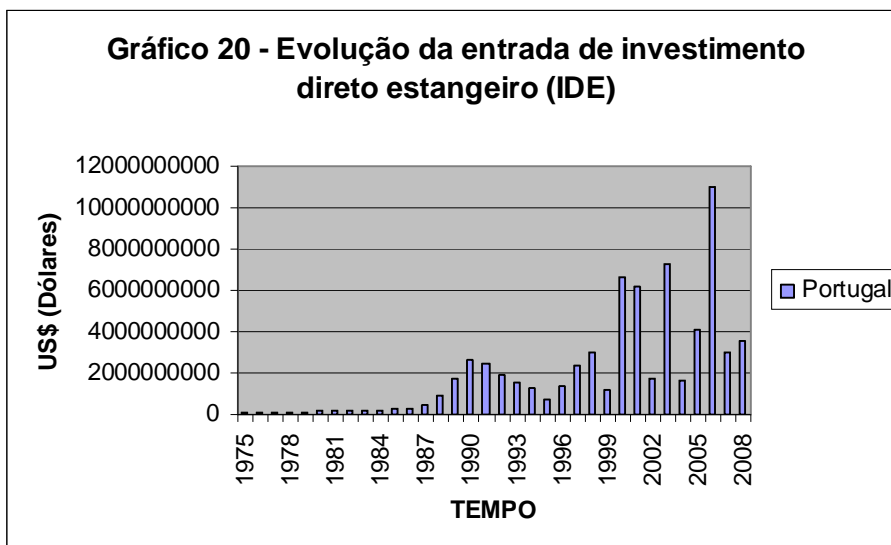
Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Esses aumentos que aconteceram na segunda metade da década de 1980 e durante a década de 1990 contrastam com o desempenho dos anos 2000. Como já foi dito anteriormente, a economia portuguesa sofreu nesse período com baixas taxas de crescimento. Esse desempenho se reflete nos valores da FBCF, que teve taxa de crescimento negativa no período.

O investimento direto estrangeiro que Portugal recebeu teve um comportamento parecido com a formação bruta de capital fixo, pois logo na entrada portuguesa na Comunidade, o IDE assumiu uma tendência de crescimento. No ano de 1984, Portugal recebeu menos de 200 milhões de dólares em investimento direto estrangeiro. Já em 1990, esse número saltou para 2,6 bilhões de dólares, treze vezes o primeiro valor. Depois veio um período de queda até 1995, que se inverteu para uma tendência de alta, apesar do aumento na variância da entrada de investimento direto estrangeiro. Pois, durante os anos 2000, o IDE mostrou grandes diferenças de seus valores ano após ano.

Mesmo assim, vendo o gráfico, nota-se uma tendência de alta dos valores, tendo em vista que cada vez o pico se encontra em um nível mais alto. É interessante notar que no ano de 2006, ponto de pico mais alto do gráfico, o

investimento direto estrangeiro entrando em Portugal chegou a quase 11 bilhões de dólares, um valor por volta de 5.500 % maior do que no ano de 1984.

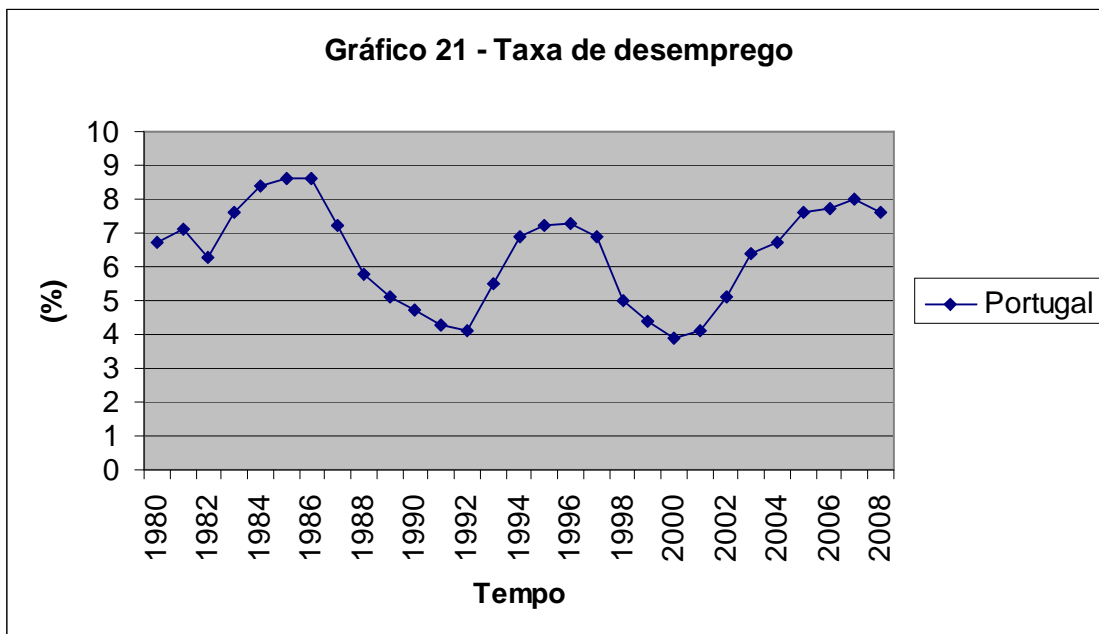


Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Dessa forma, é fácil notar que no caso português a integração econômica também trouxe um grande aumento do investimento vindo de outros países. Assim como no caso espanhol, comprova-se esse ponto da teoria da integração econômica que afirma que deve haver um aumento na entrada de investimentos para os países que formam a área de integração.

Analisando os dados da taxa de desemprego para Portugal, nota-se que seus índices estão bem abaixo dos espanhóis, ou seja, o desemprego no caso da econômica portuguesa é um problema bem menor do que na Espanha.

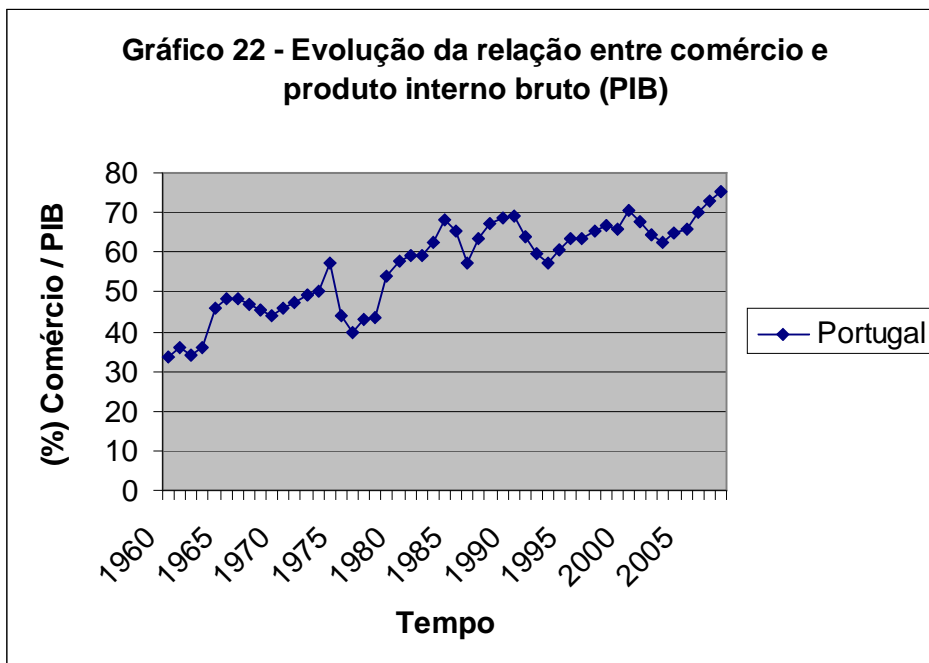
Em todo o período analisado, a taxa máxima de desemprego foi de 8,6% em 1986, ano da entrada na União Européia. Depois ela caiu até 1992 para apenas 4,1%. Então veio a crise do SME que elevou o desemprego para 7,2%, em 1995. Depois do fim da crise, a taxa voltou a cair, dessa vez atingiu o nível mais baixo em todo período de análise, alcançando 3,9% em 2000. A partir desse ponto, a tendência do desemprego português é diferente do espanhol, que durante os anos 2000 se reduziu. No caso de Portugal, durante essa década o desemprego sofreu aumento, alcançando 8% em 2007. Essa tendência reflete os, já explicados, problemas estruturais dos baixos níveis de educação portugueses.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

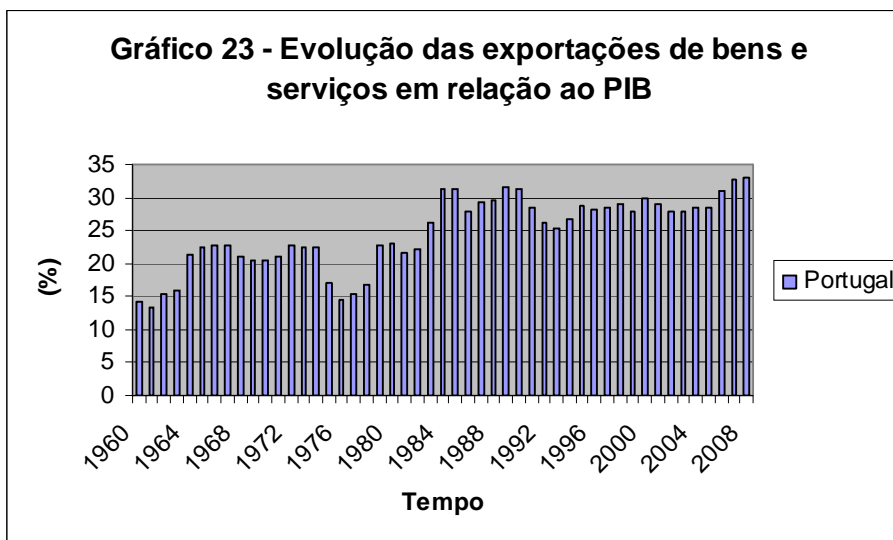
O nível de inserção da economia portuguesa no comércio internacional, medido pela porcentagem do total de exportações e importações em relação ao PIB, tem mostrado uma tendência de alta desde o início da série analisada, o ano de 1960. Apesar de alguns ciclos que mostram períodos de alta e queda, analisando no longo prazo, os valores têm sempre aumentado.

Fazendo uma comparação, no ano de 1960 a inserção externa portuguesa era de apenas 33%, enquanto em 2008 esse valor havia passado de 75%. Apesar de que após o ano de 1986 esse valor tenha aumentado, não se pode afirmar que a entrada na CE fez esse indicador disparar, pois vendo a série completa nota-se que os incrementos sempre têm ocorrido na economia portuguesa desde os anos 1960. O ingresso europeu pode ter contribuído com o aumento da inserção no comércio internacional, porém não houve grandes alterações da tendência de crescimento.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

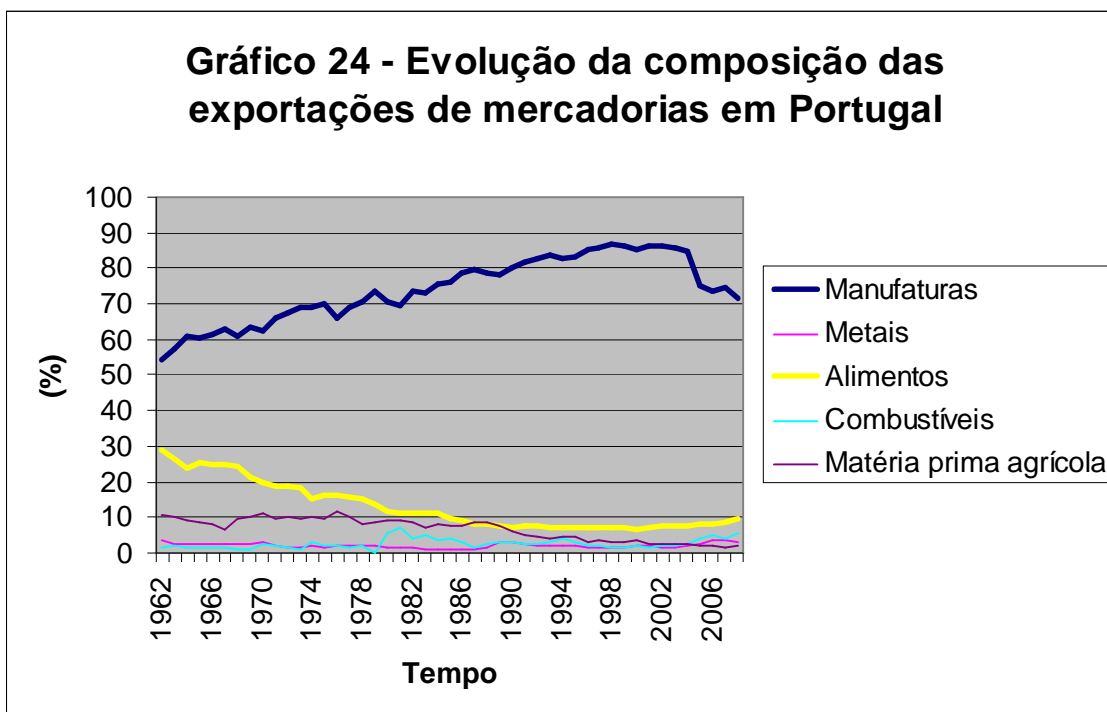
O percentual das exportações portuguesas em relação ao PIB em 1986 era de 27,8%, enquanto que em 2008 esse valor era de 32,9%, aumento de 5,1 pontos percentuais. O gráfico 23 mostra uma tendência de alta desse indicador desde 1960.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

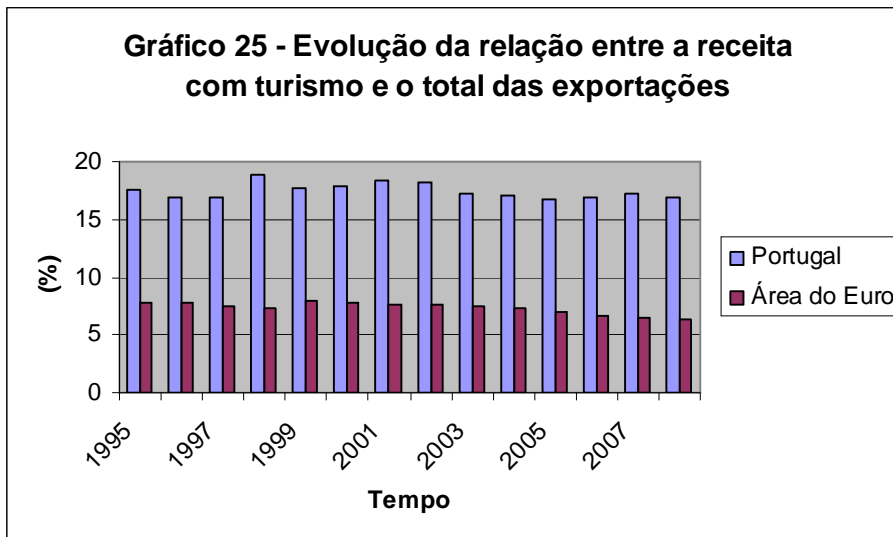
Analisando a composição das exportações de mercadorias, nota-se uma tendência de aumento da participação das manufaturas. Porém, nos anos 2000, essa tendência mostrou sinais de ter sido invertida. Em 1962, os produtos

manufaturados totalizavam 54,2% das exportações de mercadorias. Já em 1985, esse valor passou para 75,9% e continuou aumentando, atingindo o pico máximo de 86,8% em 1998. Até 2001, esse valor se manteve praticamente constante. Depois disso, ele começou a se retrair e, em 2008, chegou a 71,67%. Essa alteração da tendência pode ser explicada pelos problemas da baixa qualificação da mão-de-obra.



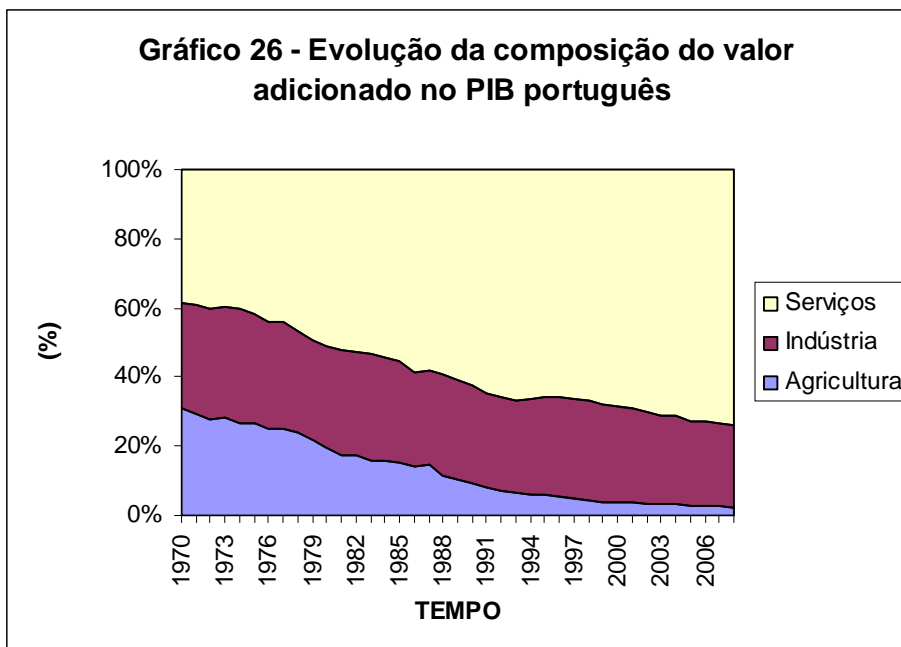
Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Assim como no caso espanhol, em Portugal o turismo se tornou uma parte importante das exportações e, portanto, uma importante fonte de recursos. Vendo o gráfico 25, fica claro que o turismo apresenta uma importância bem maior em Portugal do que nos países da área do Euro, da mesma forma que o caso espanhol, já analisado. Em 1995, do total das exportações portuguesas, 17,5% eram provenientes do turismo. Esse valor se manteve praticamente inalterado durante o período de análise.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Para finalizar, será analisado o valor adicionado no PIB português pelos setores agrícola, industrial e de serviços.



Fonte: Banco Mundial - <http://data.worldbank.org>. Elaborado pelo autor.

Vendo o gráfico acima, percebe-se claramente que os serviços têm ganhado espaço no valor adicionado do PIB em detrimento da indústria e da agricultura. Em 1970, os serviços correspondiam a 38,4% do produto. No ano de 1985, esse valor já

era de 55,2%, enquanto em 2008, a participação dos serviços estava próxima dos 74%.

O setor agrícola representava 31% do Produto Interno Bruto português no ano de 1970. Já em 2008, esse valor representava apenas 2,3%. Portanto, no caso português, é verificada a tendência de aumento do setor de serviços que caracteriza as economias desenvolvidas.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou entender os efeitos da integração econômica europeia sobre as economias de Espanha e Portugal.

No geral, as variáveis analisadas se comportaram de maneira favorável, levando a concluir que a integração econômica gerou efeitos positivos na economia dos dois países.

No caso das variáveis de convergência, tanto Portugal quanto Espanha conseguiram significativos avanços. A estabilidade de preços parece ter sido conquistada pelos dois países.

Já nas contas públicas, apesar da Espanha ter conseguido um bom controle, dentro dos níveis exigidos pela União Europeia, nos últimos dois anos da análise o déficit público se elevou significativamente. Porém, devido ao fato de se ter ainda um curto período de análise, é difícil saber se esse comportamento é apenas cíclico ou se foi, de fato, uma alteração da tendência. Para se obter tal resposta seria necessário aguardar um período maior para saber a profundidade real dessa mudança. Em contraste com o caso espanhol, Portugal teve dificuldades maiores com as suas contas públicas, tendo em vista o aumento constante da dívida consolidada em relação ao Produto Interno Bruto.

Na análise das variáveis de desempenho, o que salta aos olhos é um forte crescimento das duas economias desde o momento de adesão na Comunidade Europeia, apesar dos problemas enfrentados por Portugal em relação à qualificação da mão-de-obra que levaram a um fraco desempenho nos anos 2000. Esse crescimento das economias foi puxado por uma forte entrada de investimentos produtivos nos dois países. Tal movimento havia sido previsto na teoria dinâmica das uniões aduaneiras.

Outra questão importante é o aumento da inserção das economias dos dois países em análise no comércio internacional e, ainda, o crescimento nas exportações. Além do aumento das exportações, houve alterações na pauta das

mercadorias. Os dois países aumentaram a participação de manufaturados e reduziram a de produtos primários em suas vendas internacionais.

Também, foi visto a grande importância do turismo nessas duas economias.

Por fim, notou-se que a composição do PIB dos dois países tem se alterado significativamente, ganhando espaço o setor de serviços, assim como é visto nas economias mais desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. **Da adesão à Comunidade Européia à participação na União Econômica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984-1998**. Boletim econômico do Banco de Portugal. Lisboa: Banco de Portugal, dez. 2001.

ALMEIDA, Vanda; CASTRO, Gabriela; FÉLIX, Ricardo M. A economia portuguesa no contexto europeu: estrutura, choques e políticas (Capítulo 2). In: **A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária**. Lisboa: Banco de Portugal, 2009.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Económica**. 3.ed. Tradução: Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: LCE, 1961.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BICHARA, Julimar da S. Espanha: trajetória recente de desenvolvimento. In: CARDOSO, José Celso; ALCIOLY, Luciana e MATIJASCIC, Milko (Org.). **Trajетórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009.

BURGUESS, Michael; GAGNON, Alain-G. **Comparativ Federalism and Federation: competing traditions and future directions**. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. **Economia internacional: comércio e transações globais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

COOPER, C. A.; MASSEL, B. F. **A New Look at Customs Union Theory**. The Economic Journal, Vol. 75, Nº 300 (Dec., 1965), pp. 742-747. Publicado por: Blackwell Publishing for the Royal Economic Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2229672>. Acesso em: 18/05/2010.

JOVANOVIC, Miroslav N. **The economics of european integration: limits and prospects**. Northampton: Edward Elgar, 2005.

KENEN, Peter B. **Economia internacional: teoria e política**. Tradução da 3.ed. original: Sílvia Düssel Schiros. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 6.ed. Tradutor técnico: Eliezer Martins Diniz. São Paulo: Pearson Wesley, 2005.

KRUGMAN, Paul R. **Geography and Trade**. Cambridge: The MIT Press, 1993.

LEIBENSTEIN, Harvey. **Allocative efficiency versus “x-efficiency”**. The American Economic Review, vol. 56, pp. 392-415 (1966).

MACHADO, João Bosco M.; MARTINS, Ana Cristina C. **Reformas econômicas e mudanças estruturais: contrastes e semelhanças entre as economias do Brasil e da Espanha**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2000.

MAZIER, Jacques. Europa: estagnação ou transição para um novo regime de crescimento. In: THÉRET, Bruno e BRAGA, José Carlos de Souza (Org). **Regulação econômica e globalização**. Campinas: Unicamp IE., 1998.

MOLLE, Willem. **The economics of European Integration: theory, practice, policy**. 5.ed. Aldershot: Ashgate, 2006.

MOTA DE CAMPOS, João. **Direito comunitário – o ordenamento econômico**. III Vol. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

NETO, Mario Pereira. **Direito, política, economia das Comunidades Europeias.** São Paulo: Aduaneiras, 1994.

PINDER, John. **The New European Federalism: The Idea and the Achievements.** Editado por: Michael Burgess and Alain-G. Gagnon. Toronto: University of Toronto Press, 1993).

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 5.ed. Tradução e revisão técnica: Prof. Eleutério Prado. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PINTO, Messias de Sá. **A área de livre comércio das Américas e os interesses da União Europeia na América Latina.** Tese de doutorado aprovada na Universidade do Minho, Portugal, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/866>.

UNIÃO EUROPEIA. **Acto Único Europeu.** Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm. Acesso em: 01/06/2010.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Maastricht sobre a União Europeia.** Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/institutional_and_economic_framework/treaties_maastricht_pt.htm. Acesso em: 01/06/2010.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Nice.** Disponível em: http://europa.eu/scadplus/glossary/nice_treaty_pt.htm. Acesso em: 01/06/2010.

VILA MAIOR, Paulo. **Integração econômica europeia: Prática e Teoria.** Porto: Edições da Universidade Fernando Pessoa, 2000).